



**APDL - ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DO DOURO E  
LEIXÕES, S.A.**

**RELATÓRIO E CONTAS**

**EXERCÍCIO DE 2003**

## **Índice**

1. Introdução .....	3
2. Actividade Portuária .....	5
3. Recursos humanos .....	20
4. Formação Profissional e Cooperação .....	27
5. Sistemas de Informação.....	31
6. Investimento .....	36
7. Análise económica e financeira.....	41
8. Balanço, Conta de Resultados e Anexos.....	50
9. Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados.....	58
10. Parecer do Fiscal Único .....	76

## 1. Introdução

Tendo sido 2002 um ano de consolidação de projectos e políticas traçadas para o Porto de Leixões, nomeadamente dos investimentos incluídos no Plano Geral de Ordenamento e Desenvolvimento, bem como da política de concessões para a movimentação de cargas, o exercício de 2003 permitiu, mais do que confirmar tal consolidação, reforçar a solidez com que o Porto de Leixões hoje se afirma como empresa capaz de responder às solicitações dos seus clientes e projectar o seu desenvolvimento nos próximos anos.

De facto, apesar de uma conjuntura económica nada favorável ao longo de 2003, registou-se um apreciável aumento do volume de cargas movimentadas. Se bem que os granéis líquidos sejam os principais responsáveis por este crescimento, não deixa de ser também significativo o aumento da carga contentorizada, tendo o número de contentores movimentados ultrapassado, pela primeira vez, a barreira dos 200 000 e os TEUS atingido os 320 433. Pese embora a quebra verificada na carga geral fraccionada, que não resistiu à política tarifária de portos concorrentes, os Resultados Líquidos do Exercício atingiram os 3 690 milhares de euros. Para tal contribuíram Resultados Operacionais no valor de 1 096 milhares de euros.

Uma já excelente situação económica e financeira ficou mais reforçada, o que permite à APDL encarar o futuro com confiança e perspectivar um Porto de Leixões cada vez mais competitivo. É o que se pretende com as propostas incluídas no novo Plano Estratégico a médio prazo, praticamente concluído ainda em 2003, para ser divulgado no início de 2004.

Neste exercício concluiu-se a VILPL (Via Interna de Ligação ao Porto de Leixões) obra charneira das novas acessibilidades terrestres ao Porto de Leixões, integralmente assumida pela APDL, e que agora aguarda que o IEP a complemente com a construção da VRI (Via Rápida Interior), de forma a, definitivamente, se retirar o tráfego portuário da envolvente urbana do porto.

A melhoria das acessibilidades marítimas é agora a primeira prioridade. Os principais projectos para alcançar este objectivo são o aprofundamento para -12m Zh da bacia de rotação e do canal de acesso às docas interiores e a substituição da actual ponte móvel por uma de vão mais largo.

No exercício de 2003 prepararam-se os projectos que permitirão o lançamento dos concursos em 2004. São obras estratégicas de cuja execução resultará um muito significativo aumento da competitividade do Porto de Leixões, uma vez que tornarão possível a entrada de navios de maior porte, hoje impedidos de operar neste porto. As empresas concessionárias da movimentação de carga verão substancialmente ampliadas as suas potencialidades comerciais.

Porém, o aumento da competitividade do porto não passa só por projectos que a APDL pode assumir integralmente, como é o caso da melhoria das acessibilidades marítimas. Outros projectos passam necessariamente pela articulação de acções de um conjunto mais ou menos alargado de entidades que têm obrigação de conjugar

esforços no sentido de criar melhores condições de competitividade, agora já não diremos ao Porto de Leixões, mas sim à economia nacional. Temos o exemplo do já citado caso das acessibilidades terrestres, em que os projectos da APDL têm de ser complementados por projectos da responsabilidade do IEP, podendo-se já adiantar que o novo Plano Estratégico abordará e apresentará propostas para um tema cada vez mais candente e inadiável que é o da multimodalidade e logística. No âmbito da APDL foi matéria já objecto de particular atenção ao longo deste exercício, trabalho que esperamos venha a ser catalizador de igual interesse por parte das outras entidades que necessariamente terão de ser envolvidas na concepção, construção e exploração de uma infra-estrutura logística nesta região, cuja importância seria ocioso aqui realçar.

Mas a competitividade de um porto não passa só pela qualidade das suas infra-estruturas. É igualmente importante a qualidade dos recursos humanos e o desempenho da actividade portuária. No que concerne aos recursos humanos, e estabilizado que está o efectivo após a consolidação do processo das concessões, temos vindo a aumentar a sua qualificação não só pela admissão de alguns técnicos superiores com experiência profissional específica nas áreas para que são recrutados, como também, e especialmente, através de acções de formação conduzidas internamente. Os relatórios de acompanhamento das concessões, por seu lado, evidenciam significativos progressos nos indicadores de produtividade, sendo de salientar a forma cooperante e dialogante como têm decorrido as relações entre concedente e concessionários que diríamos é condição *“sine qua non”* para o bom desempenho da actividade portuária.

Voltamos a concluir a introdução ao relatório do exercício com uma nota de optimismo relativamente ao futuro do Porto de Leixões. Mas não deixaremos de salientar que esse futuro está e estará sempre dependente, para além da política nacional para o sector, e, com níveis de importância naturalmente diferentes, da qualidade do serviço prestado por todos os intervenores no processo complexo que é o transporte marítimo. E referimo-nos não só a todos os parceiros da Comunidade Portuária, como também aos vários serviços oficiais directa ou mesmo indirectamente envolvidos neste modo de transporte, ou na execução de projectos com ele relacionados. O desempenho de todas estas entidades não é referido, mas reflecte-se sempre nos Resultados da Autoridade Portuária.

## 2. Actividade Portuária

### Enquadramento

Na impossibilidade de, à data de elaboração deste relatório, utilizar os dados definitivos relativos ao ano de 2003 sobre a evolução da economia portuguesa, servimo-nos dos dados divulgados pelos organismos oficiais, nomeadamente o Banco de Portugal e o INE – Instituto Nacional de Estatística.

Em 2003, o desempenho da economia portuguesa aponta para uma redução do PIB a preços constantes compreendida no intervalo de  $-1,5\%$  a  $-0,75\%$  de acordo com o Boletim Estatístico de Dezembro do Banco de Portugal.

Desde 2000, a economia portuguesa regista um abrandamento no crescimento. A fraqueza da economia mundial e a difícil situação orçamental agravaram o carácter recessivo da evolução recente da economia, continuando em 2003 a anterior trajetória descendente. Os actuais níveis de endividamento das empresas e dos particulares colocam restrições à expansão do investimento e do consumo privado. A necessidade de consolidação orçamental e o declínio progressivo das transferências da União Europeia sugerem contenção dos gastos públicos no futuro.

A trajetória descendente registada em 2002 no conjunto das componentes da procura interna, continuou a evidenciar-se em 2003. O Consumo Privado ficará no intervalo  $-1,25$  e  $-0,25\%$  ( $+0,4\%$  em 2002), o Consumo Público terá um crescimento nulo ( $+2,3\%$  em 2002) e a Formação Bruta de Capital Fixo ficará entre  $-9$  e  $-11\%$  ( $-5,7\%$  em 2002).

As exportações deverão ser a componente mais dinâmica da procura global. Admite-se que a procura externa tenha uma recuperação significativa permitindo que as nossas exportações passem de um crescimento de  $2,5$  a  $3,5\%$  em 2003 ( $3,3\%$  em 2002) para  $4,75$  a  $6,75\%$  em 2004 e para  $6$  a  $9\%$  em 2005. Relativamente às importações, estima-se para 2003 um decréscimo entre  $-2,75\%$  e  $-1,75\%$  ( $-0,3\%$  em 2002) que é consistente com a redução verificada no consumo e investimento.

A taxa de inflação em Portugal, medida pela variação média anual do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC), registou em 2003, um valor de  $3,3\%$ , o que compara com a taxa de  $3,7\%$  observada em 2002. O fraco crescimento da procura interna foi a principal causa que motivou o abrandamento no crescimento dos preços, juntamente com a moderação verificada no comportamento dos custos salariais e a apreciação do euro que reduz o preço das importações. A taxa de inflação em 2003, medida pela taxa de variação anual do Índice de Preços no Consumidor (IPC), foi também de  $3,3\%$ , o que compara com  $3,6\%$  em 2002.

A actual conjuntura caracterizada por uma significativa retracção da procura interna e por uma recuperação da procura externa, teve reflexos diferenciados ao nível das principais categorias de cargas movimentadas no Porto de Leixões.

## Análise do Tráfego

*Neste capítulo todos os dados estatísticos respeitantes aos restantes portos do Continente foram disponibilizados pelas respectivas autoridades portuárias.*

*Os dados do comércio externo em volume, do Porto de Lisboa foram estimados com base no peso relativo do comércio internacional observado em 2002.*

*Por razões de arredondamento os totais dos quadros seguintes podem não corresponder à soma das parcelas indicadas.*

## Movimento de Navios

Em 2003, verificou-se um decréscimo de 6,0% no número de navios entrados face ao ano anterior, totalizando 2.902 navios, dos quais 2.819 em Leixões e 83 no Douro. Assistiu-se a uma tendência idêntica na arqueação bruta total (GT), com uma diminuição de 3,7% em comparação com 2002, perfazendo 20.942 milhares de GT.

A arqueação bruta média dos navios foi de 5.171 GT (mais 16,32% do que em 2002) para os de bandeira nacional, e de 7.605 GT (idêntica à de 2002) para os navios de bandeira estrangeira.

### NAVIOS ENTRADOS E ARQUEAÇÃO BRUTA

NAVIOS	2002		2003		TAXA DE VARIAÇÃO	
	N.º	1000 GT	N.º	1000 GT	N.º	1000 GT
NACIONAIS	541	2 404	463	2 394	-14,4%	-0,4%
ESTRANGEIROS	2 545	19 333	2 439	18 548	-4,2%	-4,1%
<b>TOTAL</b>	<b>3 086</b>	<b>21 737</b>	<b>2 902</b>	<b>20 942</b>	<b>-6,0%</b>	<b>-3,7%</b>

Os quadros seguintes permitem analisar a evolução do tráfego de navios nos portos do Continente (em número e em arqueação bruta), possibilitando ainda determinar a quota de mercado do Porto de Leixões, no mercado continental:

### NAVIOS/ESCALA NOS PORTOS DO CONTINENTE

PORTOS	2002		2003		TAXA DE VARIAÇÃO
	NAVIOS	%	NAVIOS	%	
VIANA DO CASTELO	315	2,8%	262	2,4%	-16,8%
<b>LEIXÕES</b>	<b>3 086</b>	<b>26,9%</b>	<b>2 902</b>	<b>26,2%</b>	<b>-6,0%</b>
AVEIRO	1 023	8,9%	1 013	9,1%	-1,0%
LISBOA	3 749	32,7%	3 710	33,5%	-1,0%
SETÚBAL	2 108	18,4%	2 037	18,4%	-3,4%
SINES	810	7,1%	804	7,2%	-0,7%
OUTROS PORTOS	360	3,1%	362	3,3%	0,6%
<b>TOTAL</b>	<b>11 451</b>	<b>100,0%</b>	<b>11 090</b>	<b>100,0%</b>	<b>-3,2%</b>

Constata-se uma muito ligeira perda de quota de mercado do Porto de Leixões no tráfego de navios em 2003, sendo de assinalar que todos os portos (à excepção do Porto da Figueira da Foz e do Porto de Faro, incluídos na rubrica Outros Portos), registaram perdas de tráfego no ano passado.

#### ARQUEAÇÃO BRUTA NOS PORTOS DO CONTINENTE

PORTOS	2002		2003		TAXA DE VARIÇÃO
	1000 GT	%	1000 GT	%	
VIANA DO CASTELO	935	0,9%	867	0,8%	-7,3%
<b>LEIXÕES</b>	<b>21 737</b>	<b>20,0%</b>	<b>20 942</b>	<b>19,4%</b>	<b>-3,7%</b>
AVEIRO	2 695	2,5%	2 734	2,5%	1,4%
LISBOA	37 796	34,8%	40 551	37,5%	7,3%
SETÚBAL	31 131	28,7%	28 664	26,5%	-7,9%
SINES	13 180	12,1%	13 171	12,2%	-0,1%
OUTROS PORTOS	1 121	1,0%	1 178	1,1%	5,2%
<b>TOTAL</b>	<b>108 595</b>	<b>100,0%</b>	<b>108 107</b>	<b>100,0%</b>	<b>-0,4%</b>

O comportamento ao nível da arqueação bruta (GT) foi idêntico ao número de navios entrados, exceptuando os portos de Aveiro, Lisboa e Outros Portos que evidenciaram uma evolução positiva.

#### Mercadorias

O movimento global de mercadorias, no conjunto dos portos comerciais do Continente, atingiu 57 683 milhares de toneladas em 2003, o que representa um crescimento de 2,7%, relativamente a 2002.

#### MOVIMENTO DE MERCADORIAS NOS PORTOS DO CONTINENTE

PORTOS	2002	2003	TAXA DE VARIÇÃO
VIANA DO CASTELO	874	794	-9,1%
<b>LEIXÕES</b>	<b>12 600</b>	<b>13 450</b>	<b>6,7%</b>
AVEIRO	3 017	2 965	-1,7%
LISBOA	12 155	12 554	3,3%
SETÚBAL	6 445	6 091	-5,5%
SINES	20 142	20 863	3,6%
OUTROS PORTOS (INCLUI DOURO)	937	966	3,1%
<b>TOTAL</b>	<b>56 169</b>	<b>57 683</b>	<b>2,7%</b>

UNID. 1000 TON.

O Porto de Leixões foi, entre os principais portos do Continente, aquele que alcançou maior crescimento face ao ano anterior (6,7%). Esta variação positiva registada nas mercadorias movimentadas em Leixões é explicada, em grande parte, pelo incremento na descarga de petróleo bruto no Terminal Petrolero que se traduziu num aumento de 746 milhares de toneladas (11,6%), em relação ao ano anterior.

#### COMÉRCIO EXTERNO DO CONTINENTE POR VIA MARÍTIMA

	2002	2003	TAXA DE VARIÇÃO
IMPORTAÇÃO	38 957	38 447	-1,3%
EXPORTAÇÃO	8 115	9 536	17,5%
<b>TOTAL</b>	<b>47 071</b>	<b>47 982</b>	<b>1,9%</b>

UNID. 1000 TON.

Como se pode constatar pelo quadro acima, o comércio internacional no conjunto dos portos continentais, cresceu 1,9% face ao ano anterior, sendo as exportações responsáveis por este incremento. Com efeito, as exportações registaram um acréscimo de 17,5%, enquanto que as importações verificaram um ligeiro decréscimo de 1,3%, traduzindo um ténue aumento global do comércio externo em termos absolutos.

#### COMÉRCIO EXTERNO DO PORTO DE LEIXÕES

	2002	2003	TAXA DE VARIÇÃO
IMPORTAÇÃO	8 192	8 681	6,0%
EXPORTAÇÃO	2 250	2 151	-4,4%
<b>TOTAL</b>	<b>10 441</b>	<b>10 831</b>	<b>3,7%</b>

UNID. 1000 TON.

Invertendo a evolução do ano anterior, Leixões apresentou no ano em análise, um aumento de 6,0% nas importações e um decréscimo de 4,4% nas exportações face a 2002, traduzindo um aumento do comércio internacional de 3,7%.

Em termos da evolução da quota de mercado do Porto de Leixões no comércio externo do continente por via marítima, verificou-se uma ligeira melhoria relativamente ao valor alcançado em 2002, representando cerca de 23% do total.

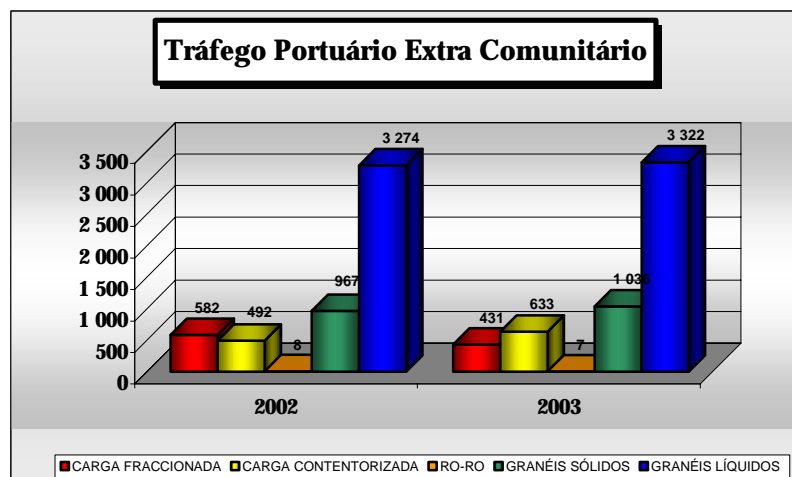
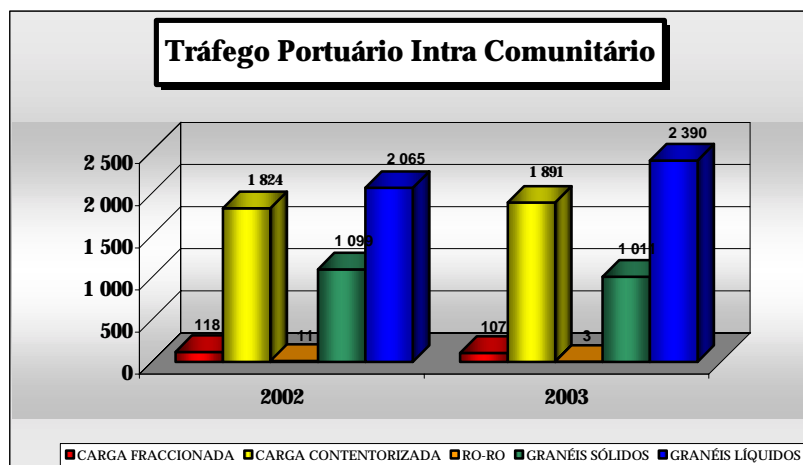


**COMÉRCIO EXTERNO DO CONTINENTE POR VIA MARÍTIMA E POR PORTOS**

PORTOS	2002	2003
VIANA DO CASTELO	1,4%	1,1%
<b>LEIXÕES</b>	<b>22,2%</b>	<b>22,6%</b>
AVEIRO	6,2%	6,0%
LISBOA	22,0%	22,1%
SETÚBAL	10,8%	9,9%
SINES	35,7%	36,7%
OUTROS PORTOS	1,6%	1,6%
<b>TOTAL</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>

Analisando a origem/destino do comércio externo de Leixões em 2003, verificou-se a manutenção da distribuição do ano anterior, isto é, no tráfego portuário internacional os mercados extra-comunitários contribuíram com cerca de 51% e os mercados intra-comunitários com 49%.

A evolução dos tráfegos intra e extra-comunitários por tipos de carga, é demonstrada nos seguintes gráficos:



O tráfego portuário com a Comunidade Europeia revelou, ao contrário de 2002, um aumento de 5,6%, determinado essencialmente pelo acréscimo observado na movimentação de graneis líquidos (15,7%) e também na movimentação de carga contentorizada (3,7%), que foi suficiente para suster o decréscimo acentuado nos restantes tipos de carga.

Respeitando a tendência positiva dos últimos anos, à excepção de 2002 (em que se verificou uma quebra de 5%), o tráfego portuário com países terceiros apresentou uma variação positiva de 2,0% face ao ano anterior. Este aumento ténue fica a dever-se à subida da movimentação de carga contentorizada (28,8%), que consegue contrabalançar a diminuição da movimentação de carga fraccionada em 2003 (-26,0%).

O quadro seguinte exhibe os países cujos portos assumiram maior relevância na movimentação de mercadorias (importações/exportações) com Leixões:

#### MOVIMENTO DE MERCADORIAS

ORIGEM E DESTINO	2002	2003	TAXA DE VARIÇÃO
REINO UNIDO	1 422	1 940	36,5%
EGIPTO	1 257	1 214	-3,5%
PAÍSES BAIXOS	1 007	922	-8,4%
ESPAÑA	784	715	-8,8%
ARGÉLIA	487	625	28,3%
FRANÇA	677	598	-11,8%
LÍBIA	220	430	95,2%
ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA	315	365	15,8%
LETÓNIA	274	315	15,0%
ALEMANHA	310	311	0,5%
BÉLGICA	258	304	18,0%
NIGÉRIA	189	267	41,3%
ALTO-MAR	312	257	-17,5%
BRASIL	200	206	3,0%
ARGENTINA	126	205	62,6%
ITÁLIA	151	191	26,6%
ANGOLA	118	186	57,0%
NORUEGA	368	179	-51,4%
DINAMARCA	216	159	-26,3%
IRLANDA	101	134	33,1%
TURQUIA	141	105	-26,1%
CAMARÕES	104	98	-6,1%
CABO VERDE	85	89	3,8%
SUÉCIA	147	88	-40,5%
RÚSSIA	117	72	-38,4%
OUTROS	1 055	858	-18,7%
<b>COMÉRCIO EXTERNO</b>	<b>10 441</b>	<b>10 831</b>	<b>3,7%</b>
<b>CONTINENTE E REGIÕES AUTÓNOMAS</b>	<b>2 206</b>	<b>2 619</b>	<b>18,7%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>12 648</b>	<b>13 450</b>	<b>6,3%</b>

UNID: 1000 TON.

Complementando a informação do quadro anterior e no que concerne aos principais portos de origem, em 2003, os portos do Reino Unido e do Egipto, reafirmaram a sua posição preponderante no movimento de mercadorias descarregadas no Porto de Leixões, com 1 509 e 1 211 milhares de toneladas respectivamente. A Argélia surge logo de seguida com 612 mil toneladas, ultrapassando a França, e Espanha e Holanda, que registaram um decréscimo bastante acentuado.

Relativamente aos principais portos de destino das mercadorias carregadas em Leixões, mais uma vez se destaca os do Reino Unido e da Holanda com respectivamente 432 e 429 milhares de toneladas. De realçar ainda, o forte crescimento das mercadorias com destino a Espanha e Angola (268 e 174 milhares de toneladas, que representam aumentos de 20,6% e 58,2% respectivamente, face a 2002) e o decréscimo das mercadorias com destino à Alemanha (98 mil toneladas, isto é, -29,6%).

No tráfego intra-comunitário, é de sublinhar os acréscimos ocorridos ao nível dos portos do Reino Unido, da Irlanda, da Itália e da Bélgica (respectivamente, 36,5%, 33,1%, 26,6% e 18% em relação ao ano transacto).

No que diz respeito ao tráfego extra-comunitário regista-se um crescimento significativo no tráfego com os portos da Líbia (95,2%), da Argentina (62,6%), de Angola (57,0%), da Nigéria (41,3%) e da Argélia (28,3%). Por outro lado, os portos da Noruega, da Rússia, da Turquia e do Egipto registaram uma variação negativa de 51,4%, 38,4%, 26,1% e 3,5% respectivamente, em comparação com o ano de 2002.

Em relação à cabotagem marítima nacional (tráfego portuário entre os portos nacionais) evidenciou um crescimento de 18,7% face ao ano de 2002.

### Movimento Global no Porto de Leixões

O movimento de mercadorias por sectores operacionais registou, em 2003, uma ligeira melhoria de 0,7% nas mercadorias movimentadas em Cais Comerciais e um forte acréscimo de 11,6% no Terminal Petrolero.

#### REPARTIÇÃO POR SECTORES OPERACIONAIS

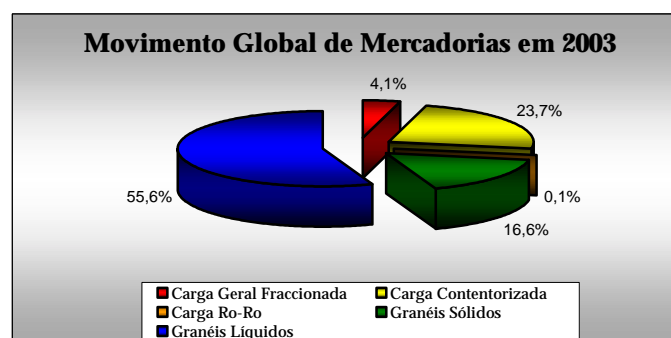
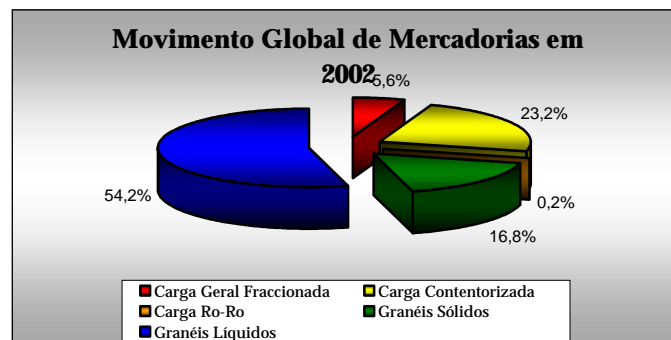
SECTORES	2002	2003	TAXA DE VARIACÃO
<b>CAIS COMERCIAIS</b>	<b>6 147</b>	<b>6 250</b>	<b>0,7%</b>
CARGA GERAL FRACCIONADA	708	546	-22,9%
CARGA CONTENTORIZADA	2 925	3 185	8,9%
CARGA RO-RO	19	10	-46,5%
GRANÉIS SÓLIDOS	2 116	2 237	5,7%
GRANÉIS LÍQUIDOS	379	272	-28,1%
<b>TERMINAL PETROLERO</b>	<b>6 453</b>	<b>7 199</b>	<b>11,6%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>12 600</b>	<b>13 450</b>	<b>6,7%</b>

UNID. 1000 TON.

Do quadro anterior afere-se a evolução do movimento de mercadorias nos Cais Comerciais no último ano, permitindo concluir que:

- ◆ a carga geral fraccionada continua a registar uma evolução negativa (-22,9% em 2003), fixando-se em 546 mil toneladas;
- ◆ a carga contentorizada confirma novamente o forte crescimento deste tipo de carga nos últimos anos, concretizada em 8,9% face ao ano 2002, registando um movimento de 3 185 mil toneladas;
- ◆ a carga ro-ro verificou uma evolução negativa passando para metade do valor obtido em 2002, cifrando-se num movimento de 10 mil toneladas;
- ◆ os granéis sólidos continuaram o bom desempenho do ano anterior (5,7%), fixando-se nas 2 237 mil toneladas;
- ◆ os granéis líquidos movimentados em Cais Comerciais (essencialmente alcatrão, betume de petróleo, produtos refinados diversos e melaço), registaram uma forte quebra de 28,1% relativamente ao ano transacto, fixando-se o seu movimento em 272 mil toneladas.

A distribuição da movimentação global de mercadorias, segundo os diferentes tipos de acondicionamento de carga, não sofreu alterações significativas no ano de 2003, tal como se vem registando nos últimos anos. Os gráficos seguintes validam esta constatação:



### Carga Geral Fraccionada

A carga geral fraccionada tem sofrido ao longo dos últimos anos, fortes quebras traduzidas no ano transacto numa descida de 162 milhares de toneladas, e às quais está subjacente a tendência progressiva da contentorização de algumas mercadorias, assim como uma forte concorrência de outros portos.

Com base no quadro em baixo, constata-se que, entre as principais mercadorias movimentadas neste tipo de tráfego, apenas se destacam as variações positivas nos movimentos de Ferro/Aço N.D. e de Madeira Serrada (2 mil toneladas cada), as quais não conseguiram contrariar o impacto negativo do movimento das restantes mercadorias.

#### CARGA GERAL FRACCIONADA

MERCADORIAS	2002	2003	TAXA DE VARIÇÃO
AÇÚCAR	21	12	-45,2%
ALGODÃO N/ CARDADO	8	6	-29,5%
AUTOMÓVEIS	7	8	27,0%
FERRO/AÇO (CHAPA, ARCO)	184	106	-42,6%
FERRO/AÇO N. D.	40	42	6,0%
MADEIRA EM BRUTO	207	166	-19,8%
MADEIRA PRENSADA	6	6	-1,2%
MADEIRA SERRADA	115	117	1,7%
MÁQUINAS, APARELHOS E S/PARTES	13	12	-9,3%
PARALELEPÍPEDOS	46	43	-7,0%
PEDRAS DE GRANITO	38	16	-59,0%
SISAL	6	3	-52,5%
MERCADORIAS DIVERSAS	18	10	-44,4%
<b>TOTAL</b>	<b>708</b>	<b>546</b>	<b>-22,9%</b>

UNID: 1000 TON.

Recorrendo às estatísticas fornecidas pelos restantes portos do continente, estima-se que as quotas de mercado, segundo este tipo de carga, deverão ser as seguintes:

#### CARGA GERAL FRACCIONADA NOS PORTOS DO CONTINENTE

PORTOS	2002		2003		TAXA DE VARIÇÃO
	1000 TON	%	1000 TON	%	
VIANA DO CASTELO	260	5,1%	208	4,8%	-20,0%
<b>LEIXÕES</b>	<b>708</b>	<b>14,0%</b>	<b>546</b>	<b>12,5%</b>	<b>-22,9%</b>
AVEIRO	1 336	26,4%	1 292	29,6%	-3,3%
LISBOA	584	11,5%	448	10,3%	-23,3%
SETÚBAL	1 641	32,4%	1 391	31,9%	-15,2%
SINES	27	0,5%	23	0,5%	-14,8%
OUTROS PORTOS	514	10,1%	456	10,4%	-11,3%
<b>TOTAL</b>	<b>5 070</b>	<b>100,0%</b>	<b>4 364</b>	<b>100,0%</b>	<b>-13,9%</b>

Verifica-se que, apesar de todos os portos do continente terem sofrido evoluções negativas em 2003, o Porto de Aveiro é aquele que foi menos afectado pelo decréscimo deste tipo de carga, dando mesmo um salto em termos de quota de mercado.

### Carga Contentorizada

A carga contentorizada movimentada no Porto de Leixões cresceu 8,9% em 2003 face ao ano anterior, atingindo 3 185 milhares de toneladas.

As principais mercadorias movimentadas em contentores foram Fios, Tecidos e Artigos Têxteis (+1,1%); Papel e Cartão (+6,6%); Azulejos, Mosaicos, etc. (+0,4%); Matérias Plásticas (+16,9%) e Ferro/Aço N.D.(+16,9%).

### **CARGA GERAL CONTENTORIZADA**

MERCADORIAS	2002	2003	TAXA DE VARIÇÃO
ALGODÃO N/ CARDADO	97	73	-24,1%
ALUMÍNIO, COBRE, CHUMBO, ZINCO, OUTROS	48	38	-19,7%
AZULEJOS, MOSAICOS, ETC.	137	137	0,4%
BEBIDAS, N.D.	87	130	49,5%
BORRACHA NATURAL E SINTÉTICA, EM BRUTO	30	36	18,3%
CHASSIS E PEÇAS P/VEÍCULOS	24	26	9,9%
CORTIÇA (BRUTO, OBRA)	37	42	14,7%
FERRO/AÇO N. D.	94	109	16,9%
FIOS, TECIDOS E ARTIGOS TÊXTEIS	212	214	1,1%
MADEIRA EM BRUTO	19	39	104,3%
MADEIRA EM OBRA	29	28	-2,9%
MADEIRA PRENSADA	34	50	45,4%
MADEIRA SERRADA	76	67	-11,3%
MÁQUINAS, APARELHOS E S/PARTES	58	68	18,3%
MATÉRIAS PLÁSTICAS (BRUTO E OBRA)	103	120	16,9%
PAPEL E CARTÃO	185	197	6,6%
PRODUTOS QUÍMICOS	59	61	4,3%
VINHO COMUM	41	43	4,9%
VINHO DO PORTO	49	56	15,3%
MERCADORIAS DIVERSAS	883	991	12,2%
TARAS DE CONTENTORES	626	658	5,1%
<b>TOTAL</b>	<b>2 925</b>	<b>3 185</b>	<b>8,9%</b>

UNID: 1000 TON.

Ao nível dos portos do Continente, o Porto de Lisboa reafirmou a sua posição dominante neste segmento com um crescimento assinalável (+17,8%). A evolução da importância relativa do Porto de Leixões é evidenciada no quadro seguinte:

**CARGA GERAL CONTENTORIZADA NOS PORTOS DO CONTINENTE**

PORTOS	2002		2003		TAXA DE VARIAÇÃO
	1000 TON	%	1000 TON	%	
VIANA DO CASTELO	0	0,0%	0	0,0%	-----
<b>LEIXÕES</b>	<b>2 925</b>	<b>36,6%</b>	<b>3 185</b>	<b>34,7%</b>	<b>8,9%</b>
AVEIRO	0	0,0%	0	0,0%	-----
LISBOA	4 970	62,2%	5 853	63,8%	17,8%
SETÚBAL	70	0,9%	111	1,2%	58,6%
SINES	0	0,0%	0	0,0%	-----
OUTROS PORTOS	28	0,4%	31	0,3%	10,7%
<b>TOTAL</b>	<b>7 993</b>	<b>100,0%</b>	<b>9 180</b>	<b>100,0%</b>	<b>14,9%</b>

**Tráfego Roll-on/Roll-off**

O movimento Ro-Ro no Porto de Leixões continua a decrescer em 2003 (-46,5%). Com efeito, desde o fim da linha regular Ro-Ro Express, que escalava o porto duas vezes por semana em 2001, o tráfego tornou-se pouco expressivo.

MERCADORIAS	2002	2003	TAXA DE VARIAÇÃO
AUTOMÓVEIS	8	6	-20,8%
MÁQUINAS, APARELHOS E S/PARTES	8	2	-76,0%
MERCADORIAS DIVERSAS	3	2	-35,3%
<b>TOTAL</b>	<b>19</b>	<b>10</b>	<b>-46,5%</b>

UNID: 1000 TON.

Dos três portos que registam movimento neste tipo de tráfego, o Porto de Setúbal continua a ser o que tem maior expressividade.

**TRÁFEGO ROLL-ON/ ROLL-OFF NOS PORTOS DO CONTINENTE**

PORTOS	2002		2003		TAXA DE VARIAÇÃO
	1000 TON	%	1000 TON	%	
<b>LEIXÕES</b>	<b>19</b>	<b>4,3%</b>	<b>10</b>	<b>2,5%</b>	<b>-46,5%</b>
LISBOA	11	2,5%	11	2,7%	0,0%
SETÚBAL	412	93,2%	382	94,8%	-7,3%
<b>TOTAL</b>	<b>442</b>	<b>100,0%</b>	<b>403</b>	<b>100,0%</b>	<b>-8,8%</b>

## Granéis Sólidos

O movimento de granéis sólidos durante 2003 registou um crescimento de 5,7% face ao ano anterior, totalizando 2 237 milhares de toneladas.

MERCADORIAS	2002	2003	TAXA DE VARIACÃO
AÇÚCAR	159	133	-15,9%
AREIAS	330	257	-21,9%
FORRAGENS	268	227	-15,1%
MILHO	86	202	135,9%
PARALELEPÍPEDOS	348	240	-31,0%
SUCATA	317	421	32,8%
TRIGO	461	441	-4,4%
MERCADORIA DIVERSA	148	315	113,2%
<b>TOTAL</b>	<b>2 116</b>	<b>2 237</b>	<b>5,7%</b>

UNID: 1000 TON.

As principais mercadorias movimentadas continuam a ser o trigo (-4,4%) e a sucata (+32,8%). Nas restantes mercadorias destaca-se, pela positiva, o crescimento da movimentação de milho (+135,9%) e, pela negativa, a quebra nos paralelepípedos (-31%), areias (-21,9%) e açúcar (-15,9%).

## GRANÉIS SÓLIDOS NOS PORTOS DO CONTINENTE

PORTOS	2002		2003		TAXA DE VARIACÃO
	1000 TON	%	1000 TON	%	
VIANA DO CASTELO	573	3,3%	542	3,1%	-5,4%
<b>LEIXÕES</b>	<b>2 116</b>	<b>12,4%</b>	<b>2 237</b>	<b>13,0%</b>	<b>5,7%</b>
AVEIRO	1 216	7,1%	1 067	6,2%	-12,3%
LISBOA	4 963	29,0%	4 781	27,7%	-3,7%
SETÚBAL	2 191	12,8%	2 883	16,7%	31,6%
SINES	5 796	33,9%	5 396	31,3%	-6,9%
OUTROS PORTOS (INCLUI DOURO)	255	1,5%	352	2,0%	38,0%
<b>TOTAL</b>	<b>17 110</b>	<b>100,0%</b>	<b>17 258</b>	<b>100,0%</b>	<b>0,9%</b>

Dos principais portos comerciais do Continente realça-se o forte crescimento (+31,6%) verificado no Porto de Setúbal, o ligeiro crescimento em Leixões (+5,7%) e o decréscimo nos restantes: Aveiro (-12,3%), Sines (-6,9%), Viana do Castelo (-5,4%) e Lisboa (-3,7%).



## Granéis Líquidos

Em 2003, a movimentação de granéis líquidos recuperou totalmente face à quebra que se tinha verificado no ano de 2002. O volume global atingiu 7 471 milhares de toneladas ou seja, mais 9,4% do movimento de 2002.

LOCAIS	2002	2003	TAXA DE VARIACÃO
TERMINAL PETROLEIRO	6 453	7 199	11,6%
CAIS COMERCIAIS	379	272	-28,1%
<b>TOTAL</b>	<b>6 831</b>	<b>7 471</b>	<b>9,4%</b>

UNID: 1000 TON.

### TERMINAL PETROLEIRO

POSTO	2002		2003		TAXA DE VARIACÃO
	1000 TON	%	1000 TON	%	
POSTO A	4 014	62,2%	4 513	62,7%	12,4%
POSTO B	2 019	31,3%	2 263	31,4%	12,1%
POSTO C	419	6,5%	423	5,9%	0,9%
<b>TOTAL</b>	<b>6 453</b>	<b>100,0%</b>	<b>7 199</b>	<b>100,0%</b>	<b>11,6%</b>

No Terminal Petroleiro movimentaram-se mais 746 milhares de toneladas do que em 2002, o que representa um incremento de 11,6%. Este crescimento repartiu-se de forma equilibrada entre os dois principais postos de acostagem (A e B), mantendo o posto C um movimento idêntico.

Apesar de ter um crescimento inferior a Leixões neste segmento (+7,8%), Sines mantém a sua posição dominante com mais do dobro da quota de mercado totalizando 15 443 milhares de toneladas movimentadas.

PORTOS	2002		2003		TAXA DE VARIACÃO
	1000 TON	%	1000 TON	%	
VIANA DO CASTELO	41	0,2%	44	0,2%	7,3%
<b>LEIXÕES</b>	<b>6 831</b>	<b>26,7%</b>	<b>7 471</b>	<b>28,2%</b>	<b>9,4%</b>
AVEIRO	464	1,8%	606	2,3%	30,6%
LISBOA	1 627	6,4%	1 461	5,5%	-10,2%
SETÚBAL	2 131	8,3%	1 323	5,0%	-37,9%
SINES	14 319	56,0%	15 443	58,3%	7,8%
OUTROS PORTOS	141	0,6%	126	0,5%	-10,6%
<b>TOTAL</b>	<b>25 554</b>	<b>100,0%</b>	<b>26 474</b>	<b>100,0%</b>	<b>3,6%</b>

## Movimento de Contentores

O Porto de Leixões ultrapassou pela primeira vez os 200 mil contentores movimentados em 2003 com um crescimento de 4,8% face a 2002. Verificou-se um aumento do peso dos contentores cheios que representaram 74,5% do total.

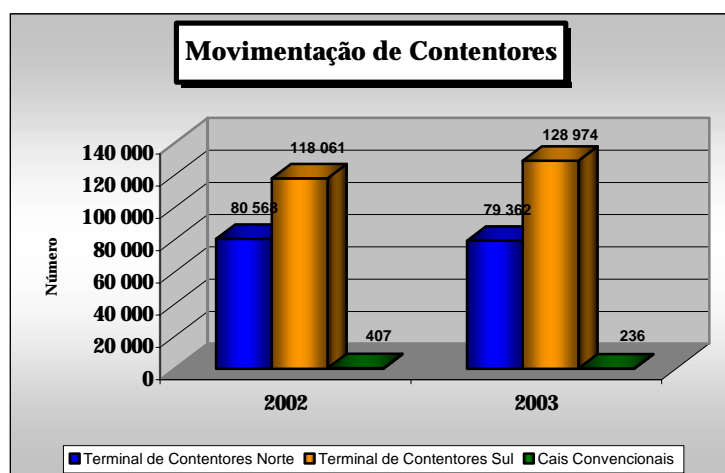
CONTENTORES	2002			2003			TAXA DE VARIÇÃO (N.º)
	N.º	TEU	%	N.º	TEU	%	
CHEIOS	144 615	227 136	72,7%	155 387	245 158	74,5%	7,4%
VAZIOS	54 421	77 219	27,3%	53 185	75 275	25,5%	-2,3%
<b>TOTAL</b>	<b>199 036</b>	<b>304 355</b>	<b>100,0%</b>	<b>208 564</b>	<b>320 433</b>	<b>100,0%</b>	<b>4,8%</b>

Os contentores de 40 pés reafirmaram a sua preponderância ao terem um crescimento de 6,4% contra 2,9% dos contentores de 20 pés. Deste modo, o peso dos contentores de 40 pés no total passou de 52,6% em 2002 para 53,4% em 2003.

### DIMENSÃO DOS CONTENTORES

DIMENSÃO DOS CONTENTORES	2002		2003		TAXA DE VARIÇÃO
	N.º	%	N.º	%	
CONTENTORES DE 20'	93 586	47,0%	96 280	46,2%	2,9%
CONTENTORES DE 40'	104 674	52,6%	111 410	53,4%	6,4%
CONTENTORES COM OUTRAS DIMENSÕES	776	0,4%	882	0,4%	13,7%
<b>TOTAL</b>	<b>199 036</b>	<b>100,0%</b>	<b>208 572</b>	<b>100,0%</b>	<b>4,8%</b>

Em termos do local de movimentação, o Terminal de Contentores Sul reforçou a sua supremacia em virtude não só do aumento de tráfego, mas também da ligeira quebra verificada no Terminal de Contentores Norte.



No cenário dos portos do Continente, apesar de um crescimento de 5,3% em TEU, o Porto de Leixões viu reduzida a sua quota de mercado no segmento de carga contentorizada em favor do Porto de Lisboa que, com um aumento de 13,3%, reafirmou a sua posição dominante no mercado.

#### MOVIMENTO DE CONTENTORES NOS PORTOS DO CONTINENTE

PORTOS	2002		2003		TAXA DE VARIÇÃO
	1000 TEU	%	1000 TEU	%	
VIANA DO CASTELO	0	0,0%	0	0,0%	-----
<b>LEIXÕES</b>	<b>304</b>	<b>37,8%</b>	<b>320</b>	<b>36,0%</b>	<b>5,3%</b>
AVEIRO	0	0,0%	0	0,0%	-----
LISBOA	488	60,7%	553	62,3%	13,3%
SETÚBAL	9	1,1%	12	1,4%	33,3%
SINES	0	0,0%	0	0,0%	-----
OUTROS PORTOS	2	0,3%	3	0,3%	13,9%
<b>TOTAL</b>	<b>803</b>	<b>100,0%</b>	<b>888</b>	<b>100,0%</b>	<b>10,5%</b>

#### Movimento de Passageiros

MOVIMENTO DE PASSAGEIROS	2002	2003	VARIÇÃO
DESEMBARQUE	133	104	-21,8%
EMBARQUE	118	95	-19,5%
TRÂNSITO	17 650	22 565	27,8%
<b>TOTAL GLOBAL</b>	<b>17 901</b>	<b>22 764</b>	<b>27,2%</b>

O Porto de Leixões registou em 2003 um aumento de 27,2% no total de passageiros para um total de 22.764. Quase todo o tráfego se refere a passageiros em trânsito, sendo os valores de embarque e desembarque praticamente residuais.

#### Porto de Pesca

O porto de pesca de Matosinhos encontra-se concessionado à Docapesca – Portos e Lotas, S.A., assumindo-se como um dos principais portos de pesca em termos de quantidade global de pescado. Em 2003, registou um volume de descarga de 26 113 toneladas, o que significou uma quebra de 2,3% face ao ano anterior.

### 3. Recursos humanos

Após a reestruturação orgânica efectuada no ano de 2000 em consequência dos processos de concessão da actividade de movimentação de cargas e finalizado o processo de aposentações antecipadas instituído pelo Decreto-Lei nº 467/99, de 6 de Novembro, em 2003 procedeu-se ao reajustamento da estrutura hierárquico-funcional da Empresa, por forma a melhor a adequar às exigências de nova política comercial do Porto de Leixões e a melhorar a sua eficácia enquanto autoridade portuária.

Dessas alterações, e tendo fundamentalmente em consideração o reforço de competências consagrado pelo Decreto-Lei nº 216 /2002, de 2 de Março, em áreas fundamentais como a segurança e o ambiente, resultou a necessidade de dotar os serviços com meios humanos específicos para o desempenho das novas actividades, designadamente no que concerne ao controlo e segurança da navegação e da defesa e protecção do meio ambiente envolvente ao Porto de Leixões.

Neste enquadramento, a política de gestão de recursos humanos assentou na actualização e valorização de conhecimentos de todos os trabalhadores da Empresa, por forma a dotá-los de novas competências susceptíveis de permitirem uma maior eficácia do seu desempenho e a plena flexibilidade e mobilidade funcional, e na contratação de Técnicos Superiores com a habilitação e experiência profissional específica para aqueles sectores operacionais.

#### Caracterização

##### QUADRO DE PESSOAL

	2002	2003	TAXA DE VARIÇÃO
EFFECTIVOS	203	201	-1,0%
ACTIVOS	219	215	-1,8%

*Efectivo-Trabalhador com vinculo permanente à Empresa*

*Activos-Totalidade dos recursos humanos disponíveis.*

Apesar da necessidade do reforço de pessoal em áreas específicas, o activo de pessoal reduziu em 2%.

A redução de pessoal não foi mais significativa, por se ter verificado a necessidade de criação de novos postos de trabalho e dotar alguns serviços com novas valências, de forma a dar uma resposta positiva às novas obrigações da Empresa como Autoridade Portuária de Leixões.

### NÍVEIS DE QUALIFICAÇÃO

	2002	2003	TAXA DE VARIÇÃO
DIRIGENTES	3	3	0,0%
QUADROS SUPERIORES	64	71	10,9%
QUADROS MÉDIOS	12	9	-25,0%
QUADROS INTERMÉDIOS	6	6	0,0%
PROFISSIONAIS ALTAMENTE QUALIFICADOS	107	99	-7,5%
PROFISSIONAIS SEMI-QUALIFICADOS	15	16	6,7%
PROFISSIONAIS NÃO QUALIFICADOS	12	11	-8,3%
<b>TOTAL</b>	<b>219</b>	<b>215</b>	<b>-1,8%</b>

Mantendo-se uma rigorosa política de racionalização dos meios humanos da Empresa, o que possibilitou a redução de pessoal em 2%, áreas houve em que o reforço de meios humanos mais qualificados se tornou imperioso, sendo de destacar os serviços directamente relacionados com a gestão, fiscalização e controlo das actividades concessionadas em todas as suas vertentes, a exploração portuária e o controlo e segurança da navegação, o que implicou a contratação de 3 Oficiais de Marinha Mercante e 4 Técnicos Superiores.

### ACTIVOS

	2002	2003	TAXA DE VARIÇÃO
OPERAÇÕES PORTUÁRIAS, SEGURANÇA E AMBIENTE	86	86	0,0%
OBRAS E INFRA-ESTRUTURAS	24	23	-4,2%
LOGÍSTICA E INFORMÁTICA	23	25	8,7%
COMERCIAL E GESTÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO	12	12	0,0%
GESTÃO E SERVIÇOS DE APOIO	74	69	-6,8%
<b>TOTAL</b>	<b>219</b>	<b>215</b>	<b>-1,8%</b>

A necessidade de investir numa política de racionalização e informatização de todos os serviços e, por outro lado, de privilegiar o controlo de toda a actividade portuária através de aplicações integradas que inter-relacionem todos os agentes que intervêm na operação portuária, implicou o reforço de pessoal ao nível dos serviços informáticos.

### REGIME DE TRABALHO

	2002	2003	TAXA DE VARIÇÃO
HORÁRIO NORMAL FIXO	70	62	-11,4%
HORÁRIO DE TURNO	12	11	-8,3%
ISENÇÃO DE HORÁRIO DE TRABALHO	137	142	3,6%

Da necessidade de uma manifesta mobilidade e plena operacionalidade dos meios humanos afectos aos serviços operacionais, designadamente marítimos e de controlo de tráfego, cerca de 71% do pessoal está integrado em regimes específicos de trabalho, por forma a garantir a sua disponibilidade durante as 24 h/dia e 7 dias/semana, que é o horário de funcionamento do Porto de Leixões.

### TAXA DE ABSENTISMO

	2002	2003
TAXA DE ABSENTISMO	1.57%	1.70%

A diminuição do quadro de pessoal por via da aposentação antecipada, torna mais relevante qualquer situação pontual de doença prolongada, o que originou um leve agravamento da taxa de absentismo, mantendo-se abaixo do verificado noutras actividades económicas.

### Custos com o Pessoal

	2002	2003	TAXA DE VARIÇÃO
CUSTOS COM PESSOAL	11 745 082	11 891 476	1,2%

UNID: EUROS

Apesar da actualização salarial em 2003 se ter fixado em 1,5%, face às políticas de contenção de custos e de contratação de pessoal, foi possível suster o aumento de custos com pessoal em 1%.

**ESTRUTURA DE CUSTOS COM PESSOAL**

		2002	2003	TAXA DE VARIACÃO
REMUNERAÇÕES BASE CERTAS E PERMANENTES		4 894 916	4 651 301	-5,0%
TRABALHO EXTRAORDINÁRIO		114 044	91 521	-19,7%
SUBSÍDIO DE TURNO		304 593	265 189	-12,9%
SUBSÍDIO I.H.T.		894 450	969 332	8,4%
OUTRAS REMUNERAÇÕES		492 414	521 980	6,0%
PENSÕES		82 443	92 012	11,6%
OUTROS CUSTOS COM PESSOAL		422 774	380 178	-10,1%
ENCARGOS S/ REMUNERAÇÕES		880 414	903 265	2,6%
REMUNERAÇÃO DOS CORPOS GERENTES		290 793	264 666	-9,0%
SUB-TOTAL	(1)	8 376 841	8 139 444	-2,8%
SUBSISTEMA DE SAÚDE				
ACTIVOS				
DESPEZA NO EXERCÍCIO		226 518	180 786	-20,2%
DESPESAS POR RESPONSABILIDADES FUTURAS		423 849	292 152	-31,1%
APOSENTADOS				
ACTUALIZAÇÃO DE RESPONSABILIDADES FUTURAS		1 871 442	2 417 775	29,2%
SUB-TOTAL	(2)	2 521 809	2 890 713	14,6%
PRESTAÇÕES SOCIAIS	(3)	266 663	267 370	0,3%
FUNDO PENSÕES PILOTOS	(4)	579 769	593 950	2,4%
<b>TOTAL=(1)+(2)+(3)+(4)</b>		<b>11 745 082</b>	<b>11 891 476</b>	<b>1,2%</b>

UNID: EUROS

A estrutura de custos com pessoal apresenta dois segmentos significativos e que se reportam a remunerações certas e permanentes e encargos com o subsistema de saúde.

Tendo presente a directriz contabilística nº 19 no que concerne à contabilização de encargos futuros e, por outro lado, verificando-se uma profunda alteração nas regras de aposentação pela CGA, houve um aumento de 26% nas responsabilidades futuras com o subsistema de saúde relativamente aos beneficiários activos e aposentados.

No entanto, é de registar que o aumento de custos com pessoal apenas sofreu um agravamento de 1%.

**MASSA SALARIAL**

	2002	2003	TAXA DE VARIACÃO
MASSA SALARIAL	7 210 106	6 984 574	-3,1%

UNID: EUROS

A rigorosa política de contenção de custos com pessoal prosseguida em 2003, torna-se patente na análise dos valores da massa salarial, pois verificando-se uma diminuição do activo de pessoal em 2% e uma actualização salarial de 1,5% das remunerações base, foi possível obter uma redução da massa salarial superior ao da redução de pessoal, situando-se nos 3%.

## Medicina do Trabalho

### EXAMES MÉDICOS

	2002	2003	TAXA DE VARIACÃO
EXAMES PERIÓDICOS OBRIGATÓRIOS	233	203	-12,9%
EXAMES DE ADMISSÃO E RECONVERSÃO	15	14	-6,7%

Todos os trabalhadores realizaram o exame médico anual para aferição do seu estado de saúde geral e da sua capacidade física e mental para o desempenho da sua normal actividade profissional.

Por outro lado, todas as admissões de pessoal foram precedidas de exames de verificação da sua aptidão física.

Assim, em 2003, pelos serviços de Medicina do Trabalho da Empresa foram realizados 217 exames médicos.

### SINISTRALIDADE

	2002	2003	TAXA DE VARIACÃO
COM INCAPACIDADE TEMPORÁRIA	6	7	16,7%
SEM INCAPACIDADE	4	7	75,0%
<b>TOTAL</b>	<b>10</b>	<b>14</b>	<b>40,0%</b>

Face à rigorosa política de prevenção da sinistralidade, todos os acidentes, independentemente da verificação de danos físicos ou materiais, são estatisticamente tratados, do que resultou um ligeiro aumento do número de acidentes sem incapacidade de trabalho.

### ÍNDICE DE FREQUÊNCIA

	2002	2003	TAXA DE VARIACÃO
ÍNDICE DE FREQUÊNCIA	16	17	6,3%

*Nota: Quantifica o número de acidentes com baixa por cada milhão de horas de trabalho de exposição ao risco*



Apesar do número de acidentes com incapacidade temporária para o trabalho se ter mantido praticamente inalterável, face à redução de pessoal e, por conseguinte, do parâmetro potencial de trabalho, verificou-se um ligeiro agravamento do índice de frequência da sinistralidade.

#### ÍNDICE DE GRAVIDADE

	2002	2003	TAXA DE VARIACÃO
ÍNDICE DE GRAVIDADE	4	2	-51,7%

*Nota: Quantifica o número de dias perdidos por cada mil horas de trabalho de exposição ao risco*

Apesar de no ano de 2003 a Caixa Geral de Aposentações ter confirmado a um trabalhador a Incapacidade Permanente Parcial, regista-se uma diminuição muito significativa neste índice, visto que, em 2002 foram declaradas duas incapacidades com alguma gravidade.

### Acção Social

#### EVOLUÇÃO DOS CUSTOS

	2002	2003	TAXA DE VARIACÃO
SUBSISTEMA DE SAÚDE	2 521 809	2 890 713	14,6%
ACTIVOS			
DESPESAS NO EXERCÍCIO	226 518	180 786	-20,2%
DESPESAS POR RESPONSABILIDADES FUTURAS	423 849	292 152	-31,1%
APOSENTADOS			
ACTUALIZAÇÃO DE RESPONSABILIDADES FUTURAS	1 871 442	2 417 775	29,2%
PRESTAÇÕES SOCIAIS	266 663	267 370	0,3%
CANTINA	49 501	45 409	-8,3%
SUBSÍDIO FAMILIAR	28 668	20 755	-27,6%
SUBSÍDIO DE ESTUDOS	71 846	66 466	-7,5%
OUTROS SUBSÍDIOS	116 648	134 740	15,5%
<b>TOTAL</b>	<b>2 788 472</b>	<b>3 158 083</b>	<b>13,3%</b>

UNID: EUROS

O específico subsistema de saúde da Empresa abrange todos os seus trabalhadores e aposentados, tendo actualmente 3085 beneficiários.

Tal situação implica a adopção da contabilização de responsabilidades futuras o que importa que, apesar de se verificar um decréscimo da despesa, face aos estudos actuariais efectuados, os encargos globais tenham sofrido um aumento de 13,3%.

No entanto, na estrita óptica da despesa anual, é de registar que houve um decréscimo de 7,4%, dado que em 2002 a despesa foi de 2 596 193 euros contra 2 405 008 em 2003.

### **Centro de Cultura e Desporto**

Fundada pelos trabalhadores da Empresa e responsável por diversas actividades sociais, culturais e desportivas, o Centro de Cultura e Desporto da APDL é uma organização recreativa que, a par da actividade social em prol de todos os seus associados, contribui para a divulgação do Porto de Leixões.

Reconhecendo que as receitas próprias são insuficientes para a realização das acções de maior impacto no seio da Empresa, designadamente a Festa de Natal para todos os filhos de trabalhadores, à semelhança de anos anteriores, foi atribuído um subsídio como forma de participação nas despesas das actividades realizadas.

	2002	2003	TAXA DE VARIACÃO
SUBSÍDIO GLOBAL ANUAL	31 500	38 500	22,2%

*UNID: EUROS*

## 4. Formação Profissional e Cooperação

### Objectivos

Naturalmente que o primeiro e grande objectivo do Centro de Formação, para 2003, assentava na execução, tão desenvolvida quanto possível, do Plano de Formação então aprovado. Não obstante, a concretização de outras iniciativas para além do elenco das acções calendarizadas, fosse no domínio específico da Formação, fosse no âmbito alargado da Cooperação, constitui-se igualmente como objectivo que, por complementar, não deixou de merecer idêntico empenhamento e destaque.

De resto – e como claramente se evidencia nos indicadores que se seguem – ambos os objectivos foram plenamente atingidos, com resultados que, num ou noutro particular, acabaram por ultrapassar as expectativas mais optimistas.

De realçar, sobretudo, uma certa dinâmica e continuidade de actuação que, quer a nível da Comunidade Portuária de Leixões, quer a nível da Cooperação com os Palop, acabaram por converter, “naturalmente”, o Centro de Formação no interlocutor privilegiado para iniciativas naqueles domínios, dando-se assim cabal e pleno cumprimento à orientação do Conselho de Administração para esta área.

### Indicadores

#### QUADRO COMPARATIVO GLOBAL

	2001	2002	2003
ACÇÕES	58	87	146
FORMANDOS	450	504	953
HORAS DE FORMAÇÃO	5 526	4 132	5 763
VOLUME DE FORMAÇÃO	41 494	32 635	48 374

Com referência aos principais indicadores, o ano de 2003 apresenta os seguintes números:

**QUADRO RESUMO 2003**

	INTERNA	EXTERNA	A TERCEIROS	ALTERNÂNCIA	COOPERAÇÃO	TOTAL
VOLUME FORMAÇÃO *	3 716	1 877	12 577	27 468	2 736	48 374
FORMANDOS	210	90	539	16	98	953
HORAS	681	1 657	1 213	1 754	458	5 763
Nº ACÇÕES	26	72	33	1	14	146

\* Horas x participantes

**Caracterização Parcelar**

Formação Interna e Externa

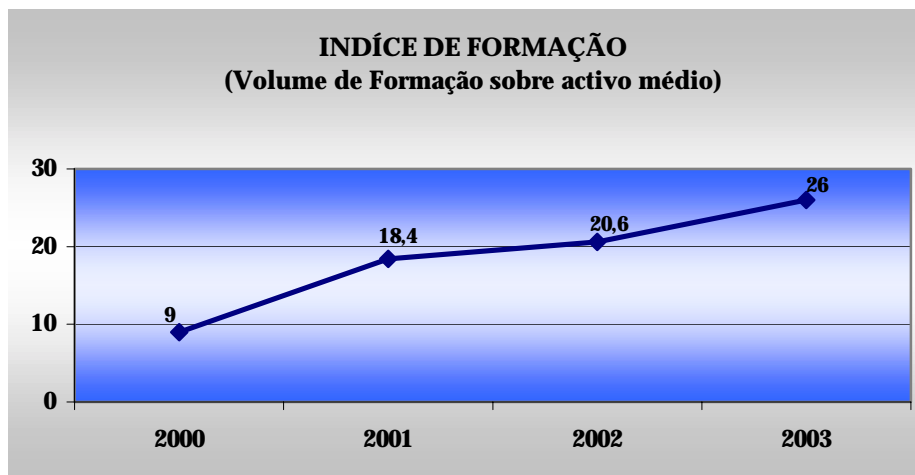
Formação destinada exclusivamente a trabalhadores da APDL (interna se realizada no Centro de Formação, externa se no exterior).

**FORMAÇÃO DOS ACTIVOS DA APDL**

	2002	2003
<b>FORMAÇÃO INTERNA</b>		
ACÇÕES	16	26
PARTICIPANTES	233	210
HORAS	534	681
VOLUME FORMAÇÃO	2 987	3 716
<b>FORMAÇÃO EXTERNA</b>		
ACÇÕES	52	72
PARTICIPANTES	77	90
HORAS	1 186	1 657
VOLUME FORMAÇÃO	1 535	1 877

Índice de Formação

Em conclusão e tomando por referência o índice de formação (**volume de formação sobre activo médio**) observa-se que cada trabalhador da APDL, S.A. recebeu, em média, **26 horas** de formação em 2003. De notar que este índice tem mantido uma tendência crescente ao longo dos últimos anos.



### Formação a terceiros

A formação a terceiros, excluída a formação em Alternância que, pela sua especificidade, é tratada separadamente, apresenta a seguinte evolução:

	2002	2003
ACÇÕES	16	47
FORMANDOS	161	637
HORAS	624	1 671
VOLUME FORMAÇÃO	8 296	15 313

O crescimento exponencial em 2003 reflecte inequivocamente a orientação de abertura do Centro ao “exterior”, designadamente à Comunidade Portuária de Leixões e aos PALOP.

## **Acordos e Protocolos**

### **Instituto de Emprego e Formação Profissional**

Em 2003 deu-se continuidade ao acordo com o IEFP, continuando a assegurar-se uma área de formação que, desenquadrada do sector portuário, se insere num contexto e objectivo de “serviço à comunidade”.

Dentro deste quadro, iniciou-se um segundo curso (que terminará em 2006) de Técnicos de Informática, financiado pelo FSE com a participação de 16 jovens seleccionados pelo IEFP.

## **CNUCED/UNCTAD (Conférence des Nation Unies sur le Commerce et le Développement)**

No âmbito do protocolo existente com este Departamento das Nações Unidas, desenvolveram-se em 2003 novas iniciativas e acções, de que se destacam:

- ◆ conclusão do curso de Formação à Distância (FAD) realizado a partir de Leixões e que teve a ENAPOR – Empresa Nacional de Administração dos Portos S.A. de Cabo Verde como principal interlocutor;
- ◆ tradução para português de textos e vídeos sobre temas portuários;
- ◆ integração de Quadros da APDL, como formadores, em cursos das Nações Unidas na Guiné Conakry e em Cabo Verde;
- ◆ realização em Leixões do Seminaire Pedagogique D’Instructeurs, ministrado em francês e dirigido exclusivamente a países francófonos.

## **Cooperação**

A vertente Cooperação continuou a assumir papel de relevo no contexto das actividades do Departamento, traduzido no envolvimento de um **significativamente maior número de acções, de horas de formação e de presenças oriundas dos PALOP**, além da acção organizada em colaboração com a CNUCED, com a participação de formandos dos países francófonos.

### **QUADRO RESUMO DA COOPERAÇÃO 2002/2003**

	2002	2003
FORMANDOS	72	98
HORAS	256	458
Nº ACÇÕES	7	14

## **Conclusão**

O conjunto das actividades desenvolvidas e os números atingidos traduzem um forte incremento da Formação Profissional e Cooperação, no contexto das actividades da APDL, SA.

Consolidou-se a abertura ao exterior, quase duplicou o número de acções e de formandos em relação ao ano anterior e a formação para trabalhadores da APDL registou um índice, nunca antes atingido, de 26 horas anuais.

## 5. Sistemas de Informação

A estratégia de gestão subjacente aos anteriores exercícios prosseguiu opções de investimento claramente direccionadas à cobertura de um Sistema de dimensão mais vasta do que a APDL, S.A., fortemente potenciada pela capacidade financeira para a sua realização:

- ◆ No vector dos Recursos Humanos, foi realizado um esforço apreciável na formação tecnológica e de geração de massa crítica no “core business” da Comunidade Portuária.

No que respeita ao esforço de suporte (negócio e tecnológico), foi em 2002 formalizada a acção tendente à constituição de um Sistema de Helpdesk, acompanhado de uma clara motivação dos Recursos Humanos no sentido da sua orientação para a satisfação do cliente.

Na vertente das Infra-estruturas tecnológicas, foram anteriormente lançadas as acções equacionadas como necessárias à fiabilização global das mesmas, nos aspectos da sua segurança, disponibilidade e performance.

- ◆ Do ponto de vista do relacionamento externo da empresa, fruto do diálogo estabelecido em torno de objectivos concretos, iniciaram-se os trabalhos do projecto SCOPe<sup>1</sup>, financiado pelo POSI<sup>2</sup>, totalizando 5 Entidades Coordenadoras, 24 Parceiros Principais e 32 Parceiros Associados num consórcio externo que objectiva a transferência electrónica dos dados na cadeia logística que concorrem para a elaboração do B/L e do Manifesto.

O contrato de financiamento entre o Consórcio SCOPe a Agência de Inovação decorreu em Novembro de 2002, incluía o compromisso unilateral de busca de uma solução à escala nacional.

A forte adesão que este projecto mereceu por parte dos Agentes Económicos (Carregadores, Agentes Transitários, Agentes de Navegação, Armadores, Despachantes, Concessionários e Software houses), conduziu a que o exercício de 2003 fosse fortemente direccionado para responder a este desafio.

Porquanto os recursos não são inesgotáveis, sendo consabido estarem as necessidades primárias internas da APDL, S.A., razoavelmente descomprimidas, foram prosseguidas as seguintes orientações estratégicas:

- ◆ Dar prioridade absoluta às acções relacionadas com a Missão externa da função de Autoridade Portuária, enquadradas nos trabalhos do Projecto SCOPe e suas acções complementares, honrando o compromisso de pugnar por uma solução de cariz nacional, desenvolvendo de forma irreversível o conceito de pivot da Info-estrutura do porto, através da consolidação e evolução do subsistema aplicacional GCP<sup>3</sup>;

---

<sup>1</sup> SCOPe Sistema Comunidade Portuária Electrónico  
<sup>2</sup> POSI Programa Operacional Sociedade de Informação  
<sup>3</sup> GCP Gestão Comercial Portuária

- ◆ Acompanhar os trabalhos de elaboração do PEDPL<sup>4</sup>, que inclui uma vertente para a elaboração do Plano Director dos Sistemas de Informação à escala do Porto de Leixões, para o ciclo seguinte;
- ◆ Implementar e experimentar atempadamente os conceitos do Helpdesk, de forma a garantir a sustentabilidade no exercício futuro da Missão;
- ◆ Consolidação dos aspectos de segurança, fiabilidade e performance dos acessos externos ao Sistema, objectivando poder estabelecer níveis de segurança e de qualidade de serviço compatível com os desafios inerentes ao posicionamento como pivot da Info-estrutura do Porto de Leixões;
- ◆ Consolidação e robustecimento da vertente tecnológica das infra-estruturas, antes do avanço para a cobertura de funções críticas no seio dos processos produtivos do Porto de Leixões, em especial no que respeita aos Sistemas Servidores, Armazenamento de dados, Sistema Central em Cluster e ao exercício da função de DBA<sup>5</sup>;
- ◆ Prosseguimento do esforço de formação dos Recursos Humanos, quer do ponto de vista formal, quer no seu envolvimento permanentemente activo nas áreas do “core business”;
- ◆ Formalização e prosseguimento das acções tendentes à resolução das fragilidades internas ainda pendentes, dependendo da capacidade instalada de realização, designadamente Gestão de Projectos, Gestão de Intervenções, Contabilidade Analítica e Gestão Documental.

O ano de 2003 foi positivamente marcado pelo sucesso desta estratégia, em níveis que não se julgavam como atingíveis, se bem que com algumas dificuldades de percurso indutoras de restrições na metodologia preconizada para o projecto SCOPE.

Apesar de a presença da DGAIEC<sup>6</sup> e da DGITA<sup>7</sup> neste projecto ser *de per si* uma garantia de implementação de um standard a nível nacional, era redutor para o Sistema portuário Nacional manter uma abordagem disjunta, harmonizando exclusivamente o Manifesto de Carga.

O projecto PIPE<sup>8</sup> formulado no âmbito da APP<sup>9</sup>, objectivando a convergência de procedimentos e o estabelecimento de níveis de serviço entre todos os intervenientes nos portos nacionais, afigurava-se como temporalmente incompatível com as necessidades do Porto de Leixões (no âmbito do Projecto SCOPE) e do Porto de Sines (no âmbito da entrada em exploração do Terminal XXI). Este último aspecto foi relevante no que respeita à actividade desenvolvida em 2003.

A APS (Administração do Porto de Sines) seleccionou para o efeito a plataforma de base de Leixões e a área do Manifesto de Lisboa, o que permitiu a constituição de um Acordo de Cooperação no Domínio das Tecnologias de Informação, celebrado em 2003.04.16 em reunião da APP, entre as Administrações Portuárias de Leixões, Lisboa e Sines.

<sup>4</sup> PEDPL Plano Estratégico de Desenvolvimento do Porto de Leixões

<sup>5</sup> DBA Database Administrator

<sup>6</sup> DGAIEC Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais Sobre o Consumo

<sup>7</sup> DGITA Direcção-Geral de Informática e Apoio aos Serviços Tributário e Aduaneiros

<sup>8</sup> PIPE Procedimentos e Informação Portuária electrónica

<sup>9</sup> APP Associação de Portos de Portugal



No âmbito deste Acordo, garantida que foi a disponibilidade da DGAIEC e da DGITA para avançarem de forma autónoma com o seu Projecto SDS<sup>10</sup> na via marítima, foi constituído um projecto de desenvolvimento e implementação de uma Plataforma Comum (PCom<sup>11</sup>), posicionando a via marítima como pioneira relativamente aos restantes modos de transporte.

Este facto merece especial relevância, porquanto os três maiores portos nacionais se uniram no desenvolvimento e implementação de uma plataforma tecnológica comum, objectivando:

- ◆ uma efectiva harmonização de procedimentos, envolvendo intimamente os sectores Comerciais, Operações Portuárias e Segurança dos três portos;
- ◆ a cobertura das necessidades de várias Entidades Institucionais, através da constituição de um Sistema Centralizador igual nos três portos;
- ◆ a uniformização do grau de cobertura nos três portos das diversas áreas (PMT<sup>12</sup>, HAZMAT<sup>13</sup>, Concessionários, Manifesto Electrónico, Resíduos e Safe Sea Net);
- ◆ a constituição de um mecanismo de credenciação dos intervenientes no Sistema;
- ◆ estabelecer um passo de gigante para o desenvolvimento sustentado do projecto PIPE.

Neste sentido foi desenvolvido um esforço extenso e continuado de especificação e desenvolvimento do Sistema Centralizador, subdividido em três vertentes de trabalho:

- ◆ PMT, que entrou em produção no Porto de Leixões em 2003.11.17;
- ◆ PM<sup>14</sup>, cuja vertente de especificação macro foi concluída já em 2003, para além das especificações finas do Manifesto (EDIFACT e XML), do relacionamento completo com os Concessionários de contentores e do *draft* do relacionamento com os restantes Concessionários;
- ◆ Arquitectura de inter-conectividade e de credenciação dos Actores sobre o Sistema.

As especificações nacionais desenvolvidas pelos Grupos de Trabalho ficaram prontas para publicação no final do exercício.

Do ponto de vista do Porto de Leixões, o envolvimento nos trabalhos da PCom é claramente enquadrado no Projecto SCOPE, porquanto a Plataforma engloba acções complementares (PMT e Concessionários), e Manifesto de Carga (parte do core do Projecto), ficando de fora os restantes aspectos do core do SCOPE, designadamente vertentes a montante do Manifesto, que envolverão em 2004 as Agências Transitárias e os Carregadores.

---

<sup>10</sup> SDS Sistema Integrado dos Meios de Transporte e da Declaração Sumária

<sup>11</sup> Pcom Plataforma Comum Portuária

<sup>12</sup> PMT Processo Meio de Transporte

Procedimentos à chegada, durante a estadia e à largada dos navios que escalam portos nacionais

<sup>13</sup> HAZMAT Hazardous Materials

<sup>14</sup> PM Processo Mercadorias

Procedimentos relativos à movimentação e desembarço das mercadorias

O aspecto menos positivo desta abordagem refere-se ao envolvimento menos conseguido dos agentes económicos no esforço concepção das especificações, porquanto a DGAIEC impôs metodologicamente dever este esforço ser reservado inicialmente às Autoridades Aduaneiras e Portuárias.

Dos trabalhos específicos do SCOPE, foi concluído o esforço de caracterização e modelação dos processos actuais, de extrema utilidade para os trabalhos da PCom, porquanto permitiu que as posições de especificação fossem tomadas com propriedade, bem como o desenho dos processos futuros.

Foi desenvolvido um Site do projecto na Internet, com uma área reservada às empresas consorciadas. Objectivou-se melhorar consideravelmente o esforço de comunicação externa e interna ao projecto.

Relativamente à desejada evolução do Sistema Centralizador, foram já estabelecidos contactos de articulação com a DGAM<sup>15</sup>, de forma a enquadrar um envolvimento semelhante da PCom com o SIAM<sup>16</sup>, actualmente em fase de especificação macro.

Entende-se pois terem sido encetados com sucesso os esforços tendentes à prossecução dos objectivos do *e-government* traçados pelo Governo e veiculados pela UMIC<sup>17</sup>.

Relativamente às infra-estruturas, realçam-se os óptimos resultados obtidos na fiabilização da mesma, bem como o sucesso atingido nos mecanismos de segurança e consequente abertura do Sistema Centralizador através da Internet.

Destacam-se aqui especialmente as acções nas áreas de:

- ◆ Segurança, através da conclusão da infra-estrutura de comunicações externas - €160.000
- ◆ Actualização de servidores e sistema de storage EVA (Enterprise Virtual Array) - €270.000
- ◆ Actualização de software Oracle e servidores Microsoft - €166.000
- ◆ Infra-estrutura de rede e dispositivos de aquisição de dados/imagem nas portarias - €14.000

A experiência adquirida em termos do Sistema de Helpdesk, a aperfeiçoar e estender durante 2004, foi considerada como fulcral ao esforço de suporte tecnológico. Resta ainda integrar aqui o esforço de suporte ao negócio.

Do ponto de vista interno, foi formalizado o projecto de Gestão Documental segundo uma metodologia de organização claramente matricial, que se espera vir a dar sequência em 2004. Foram ainda iniciados os trabalhos da Gestão de Projectos e da Contabilidade Analítica, tendo sido protelado o arranque do projecto de Gestão de Intervenções.

---

<sup>15</sup> DGAM Direcção-Geral da Autoridade Marítima

<sup>16</sup> SIAM Sistema de Informação da Autoridade Marítima

<sup>17</sup> UMIC Unidade de Inovação e Conhecimento

Na área de desenvolvimento aplicacional em 2003, as principais actividades desenvolvidas centraram-se em:

- ◆ Acompanhamento de projectos de Outsourcing (50%)
- ◆ Helpdesk nas áreas do negócio (30%)
- ◆ Desenvolvimento de aplicações (15%)
- ◆ Formação (5%)

Merece igualmente especial destaque o esforço dedicado à formação dos Recursos Humanos deste sector, característico da postura da APDL na motivação dos seus colaboradores, orientando as temáticas versadas para as necessidades dos projectos em curso.

Realça-se ainda o investimento no projecto PCom, que correspondeu à contratualização de fornecimentos e serviços ascendendo a 1,25 milhões de euros, enquadrados por este sector. O investimento total realizado, em 2003, foi de cerca de 142 mil Euros, ao que acresce o desenvolvimento interno do módulo de gestão de mercadorias perigosas HAZMAT, a integrar na PCom.

Este valor de investimento foi repartido pelos três portos intervenientes, numa clara economia de escala, se bem que, em termos de esforço de acompanhamento, a gestão tripartida não veio simplificada.

Os resultados do esforço de articulação entre os vários sectores da empresa e estes projectos de cariz externo, na sequência do posicionamento da DI como parceiro tecnológico perante as áreas de negócio, vieram confirmar a bondade do modelo de gestão participada que tem vindo a nortear os anteriores exercícios, para o qual é de realçar o excelente nível de colaboração inter-sectorial.

Regista-se a apreciação favorável que o Site da APDL mereceu no inquérito nacional efectuado pela UMIC à qualidade dos Sites da Administração Pública.

Conclui-se pois ter sido o ano de 2003 caracterizado como de concretização da próxima geração de soluções à escala da Comunidade Portuária, tendo para o efeito sido já experimentadas com sucesso no exercício algumas soluções demonstrativas da capacidade de os seus intervenientes a concretizarem, das quais se realça a Autorização de Saída de mercadorias desembarcadas.

Não menos importante de realçar, o facto de ter sido pela primeira vez concretizada a plataforma de entendimento conducente à convergência de procedimentos portuários a nível nacional.

Espera-se uma inflexão em 2004, conducente a uma maior atenção aos aspectos internos da APDL.

## 6. Investimento

A grande aposta de aperfeiçoamento e crescimento do Porto de Leixões, passa, actualmente, pela implementação de infra-estruturas de qualidade desenhadas como base do apoio da autoridade portuária ao desenvolvimento do transporte multi-modal e dos serviços de carácter logístico.

As valências fundamentais do grande projecto de desenvolvimento logístico do Porto de Leixões são:

- ◆ A finalização das acessibilidades terrestres ao porto e às áreas destinadas às infra-estruturas de apoio logístico, nomeadamente a VILPL- Via Interna de Ligação ao Porto de Leixões;
- ◆ A melhoria das Acessibilidades Marítimas, através da criação de condições que assegurem fundos de -12 m (Z.H.) na bacia de rotação e canal de acesso às docas interiores;
- ◆ A melhoria da acessibilidade da informação em que se destaca o desenvolvimento do Projecto SCOPe – Sistema da Comunidade Portuária Electrónico que visa a concepção e implementação de um modelo integrado de gestão dos processos correlacionados com a transferência e circulação electrónica dos dados do Manifesto das mercadorias movimentadas.

Nas margens do Douro tem vindo a ser desenvolvido um elevado esforço de valorização, ressaltando-se o investimento da autoridade portuária de Leixões na requalificação urbana na zona do Cais de Gaia, bem como a reabilitação de ancoradouros e a criação de infra-estruturas de apoio ao novo serviço de transportes fluviais entre as duas margens do rio Douro, viabilizando ligações de maior qualidade ambiental entre as cidades do Porto e Vila Nova de Gaia.

O valor do investimento realizado em 2003 ficou aquém do que era o objectivo da APDL, tendo registado um inesperado decréscimo relativamente ao exercício anterior. Ficou a dever-se essencialmente à redução da extensão da VILPL – Via Interna de Ligação ao Porto de Leixões, ao abandono do investimento na Automatização do Sistema de Descarga de Agro-Alimentares, resultante da sua reavaliação com parceiros da Comunidade Portuária e da necessidade de proceder à avaliação do impacte ambiental de algumas obras.

### Investimento

	2001	2002	2003
ADQUIRIDO	11 723	12 145	7 977
TRABALHO PRÓPRIO	53	90	174
<b>TOTAL</b>	<b>11 776</b>	<b>12 235</b>	<b>8 151</b>

UNID. 1000 EUROS

Dos projectos de investimento desenvolvidos em 2003 destacam-se:

### **Acessibilidades Terrestres e Infra-estruturas Portuárias**

- ◆ Desenvolvimento da execução da obra da VILPL – Via Interior de Ligação ao Porto de Leixões, estimada em 21,34 milhões de euros, destinada a ligar, de forma mais rápida e segura, o trânsito portuário às principais vias estruturantes de ligação Norte – Sul, IP1, e de ligação ao interior do país, IP4 e IC24, através da criação de uma via dedicada de acesso ao porto;
- ◆ Desenvolvimento do concurso para adjudicação do estudo e projecto de execução das novas Portarias do Porto de Leixões e para aquisição e instalação de um Scanner para contentores;
- ◆ Conclusão da execução da Obra de Reabilitação e Reforço de Parte do Cais Sul da Doca 1, envolvendo um valor de investimento de 2,32 milhões de euros;
- ◆ Desenvolvimento do estudo de impacte ambiental relativo à construção de um Terminal Multiusos no Molhe Sul, cujo investimento estimado é de 11,16 milhões de euros;
- ◆ Implementação dos sistemas de Iluminação do Titan do Molhe Sul e de Iluminação e Sinalização da Testa da Doca 1 Sul;
- ◆ Desenvolvimento do Estudo das Condições de Operacionalidade do Terminal Petrolero de Leixões, no valor de 300 mil euros.

### **Acessibilidades Marítimas ao Porto de Leixões**

- ◆ Conclusão do estudo de viabilidade e desenvolvimento do estudo de impacte ambiental para o Estabelecimento da Bacia de Rotação e do Canal de Acesso à Doca 4 do Porto de Leixões, que permitirá assegurar fundos de pelo menos – 12 m (Z.H.) em toda a bacia de rotação e no canal de acesso às docas interiores, representando a totalidade dos estudos e o projecto de execução da obra um investimento estimado de 197 mil de euros;
- ◆ Conclusão do processo para adjudicação da elaboração do projecto de Alargamento do Vão da Ponte Móvel de Leixões, no valor de 315 mil euros;
- ◆ Execução da obra de Quebramento de Afloramento Rochoso na Doca 2 Norte, no valor de 118 739 euros;
- ◆ Desenvolvimento do Estudo das Condições de Operacionalidade do Terminal Petrolero, no valor de 300 mil euros, que objectiva identificar e analisar as diferentes alternativas de investimento tendentes a melhorar significativamente as condições de operação naquele terminal.

## **Plano Estratégico do Porto de Leixões e Medidas Complementares**

- ◆ Adjudicação e elaboração do estudo do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Porto de Leixões, no valor de 189,5 mil euros;
- ◆ Elaboração do Plano de Promoção do Porto de Leixões, no valor de 33 mil euros.

## **Segurança e Ambiente**

- ◆ Aquisição de Defensas Fixas para a Doca 1 Sul e Doca 2 Norte, no valor aproximado de 241 mil euros;
- ◆ Aquisição de Receptor DSC, equipamento de comunicações em chamada selectiva digital para socorro, urgências e segurança, no valor de 7 390 euros.

## **Equipamento Portuário**

- ◆ Adjudicação e início de construção para Fornecimento de um Rebocador Portuário de 25 Metros, num investimento aproximado de 3 milhões de euros;
- ◆ Aquisição de um Lancha Para Pilotos, no valor aproximado de 757 mil euros.

## **Comunicações e Informática**

- ◆ Desenvolvimentos em projectos aplicativos, nomeadamente nas acções da Plataforma Comum de Gestão Portuária APDL/APL/APS e o projecto SCOPE – Sistema da Comunidade Portuária Electrónico, com um investimento no exercício de aproximadamente 357 mil euros;
- ◆ Aquisição de Servidores de rede, no valor de 270 mil euros;
- ◆ Evolução da Infra-estrutura de Comunicações Externas, no valor de 130 mil euros;
- ◆ Actualização do Licenciamento Oracle e Servidores Microsoft, no valor de 153 mil euros.

## **Reabilitação e Reversão de Infra-estruturas**

- ◆ Desenvolvimento do projecto para Remodelação da Estação de Passageiros de Leixões, com um investimento estimado de 1 milhão de euros;

- ◆ Conclusão do projecto para Remodelação e Arranjos Interiores das Instalações da DOPS, cuja investimento estimado é 385 mil euros;
- ◆ Adjudicação do projecto de Requalificação dos Edifícios do Antigo Núcleo das Oficinas da APDL, no valor de 204 197 euros;
- ◆ Execução da Protecção do Muro Marginal a Norte da Praia de Fuzelhas, no valor de 79 056 euros.

### **Grande Conservação de Infra-estruturas e Equipamento:**

- ◆ Execução da empreitada de Fabrico e Recarga de Tetrápodes de 400 KN, com um investimento aproximado de 1,5 milhões de euros;
- ◆ Realização de intervenções de revisão, manutenção e beneficiação na Frota Naval e noutros Equipamentos Portuários Terrestres, no montante de 492 mil euros.

### **Porto do Douro Via Navegável e Frente Atlântica**

- ◆ Conclusão do projecto e adjudicação da obra para Reabilitação do Cais Acostável de Gaia, com um investimento aproximado de 713 mil euros;
- ◆ Adjudicação da Adaptação do Novo Terraplano de Sobreiras, com um investimento aproximado de 100 mil euros;
- ◆ Recuperação de Embarcadouros no Rio Douro, com um investimento no exercício de 75 385 euros.

### **Fontes de financiamento**

Grande parte do investimento concretizado pela APDL, S.A. neste exercício foi financiado por fundos próprios. A componente relativa a investimento com financiamento externo diz respeito à comparticipação comunitária do POAT – Programa Operacional de Acessibilidades e Transportes (FEDER), do POSI / POCTI – investigação em consórcio e à comparticipação do Orçamento de Estado, através do Cap. 50º. Os investimentos que mereceram comparticipação de fontes externas foram:

- ◆ FEDER: VILPL – Via Interna de Ligação ao Porto de Leixões e Reabilitação e Reforço de Parte do Cais Sul da Doca 1;
- ◆ Cap. 50º do O.E.: VILPL – Via Interior de Ligação ao Porto de Leixões, Multimodalidade e Logística e Melhoria das Acessibilidades Marítimas ao Porto de Leixões;
- ◆ POSI / POCTI: PISCIS - Protótipo de um Sistema Integrado para a Amostragem Intensiva do Oceano Costeiro.

Em 2003, os subsídios ao investimento, comunitários e nacionais, recebidos pela APDL, S.A. foram os seguintes:

	2003
FEDER	3 441
PISCIS	15
O.E. - CAP. 50º	720
<b>TOTAL</b>	<b>4 176</b>

*UNID. 1000 EUROS*

As fontes de financiamento do investimento desenvolvido pela APDL, S.A. nos últimos três anos estão espelhados no seguinte quadro:

#### FONTES DE FINANCIAMENTO AO INVESTIMENTO

	2001	2002	2003
FUNDO DE COESÃO	-	7 850	-
FEDER	730	951	3 441
PRAXIS XXI	-	3	-
PISCIS	-	-	15
O.E. - CAP. 50º	658	248	720
FUNDOS PRÓPRIOS	10 388	3 183	3 975
<b>TOTAL</b>	<b>11 776</b>	<b>12 235</b>	<b>8 151</b>

*UNID. 1000 EUROS*



## 7. Análise económica e financeira

Os Resultados Líquidos de 2003 atingem os 3,7 milhões de euros.

Apesar da conjuntura económica adversa vivida ao longo do ano e do crescimento extraordinário de algumas naturezas de custos operacionais, nomeadamente, “Dragagens de Manutenção”, “Conservação e Reparação” e “Provisões”, pode afirmar-se que o desempenho económico-financeiro da APDL foi francamente favorável.

Para tal contribuíram decisivamente os acréscimos de tráfego de contentores e dos granéis líquidos movimentados no Terminal Petrolífero com incidência ao longo do último trimestre do ano.

Evolução menos favorável registou-se na Carga Geral Fraccionada, nos Granéis Sólidos, no Tráfego Ro-Ro, bem como no movimento de navios.

Mesmo assim, as toneladas de mercadorias movimentadas no Porto de Leixões cresceram 6,7% relativamente ao ano transacto, enquanto o número de navios entrados apresenta um decréscimo de 6%.

Os Resultados Líquidos do Exercício apresentam uma quebra relativamente ao exercício anterior, pois os Resultados Extraordinários são inferiores e porque os Resultados Operacionais foram significativamente afectados pelos acima referidos aumentos dos custos operacionais que penalizaram este exercício. Os Resultados Financeiros apresentam um valor idêntico ao de 2002.

### RESULTADOS LÍQUIDOS

	2002	2003
RESULTADOS OPERACIONAIS	1 845	1 096
RESULTADOS FINANCEIROS	679	680
RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS	2 277	1 364
<b>RESULTADOS (ANTES IMPOSTOS)</b>	<b>4 801</b>	<b>3 140</b>
IMPOSTO S/O RENDIMENTO		
IMPOSTO A PAGAR	-426	-197
IMPOSTOS DIFERIDOS	886	747
	460	550
<b>RESULTADOS LÍQUIDOS</b>	<b>5 261</b>	<b>3 690</b>

UNID: 1000 EUROS

**RESULTADOS OPERACIONAIS**

	2002	2003	TAXA DE VARIACÃO
PROVEITOS OPERACIONAIS	35 056	36 115	3,0%
CUSTOS OPERACIONAIS	33 211	35 019	5,4%
<b>RESULTADOS OPERACIONAIS</b>	<b>1 845</b>	<b>1 096</b>	<b>-40,6%</b>

UNID: 1000 EUROS

Apesar do volume de negócios não ter atingido os valores inicialmente previstos, é sobretudo a evolução dos Custos que justifica a descida dos Resultados Operacionais, pois enquanto os Custos crescem 1,8 milhões (+5,4%) de euros relativamente a 2002, os Proveitos apresentam um acréscimo ligeiramente acima de 1 milhão (3%).

**PROVEITOS OPERACIONAIS**

	2002	2003	TAXA DE VARIACÃO
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	33 091	33 930	2,5%
PROVEITOS SUPLEMENTARES	1 703	1 857	9,0%
OUTROS PROVEITOS OPERACIONAIS	262	328	25,2%
<b>TOTAL</b>	<b>35 056</b>	<b>36 115</b>	<b>3,0%</b>

UNID: 1000 EUROS

Nos Proveitos Operacionais predomina a Prestação de Serviços com um peso relativo de 94%. É pois determinante na formação dos Proveitos Operacionais e a análise detalhada a nível das diversas áreas de negócio conduz à compreensão da evolução observada.

Constata-se que a Prestação de Serviços cresce 2,5%.

Tendo presente que a actualização tarifária em média rondou os 3%, conclui-se que a variação em “quantidade” foi negativa.

Este conceito de “quantidade” tem aqui sentido amplo: abrange efectivamente as quantidades de mercadorias movimentadas e de navios entrados no porto, mas também a estrutura da Prestação de Serviços (*a importância relativa de cada uma das áreas de negócio no conjunto*), acrescentando ainda que alguns serviços originam proveitos que não crescem proporcionalmente ao volume da actividade. São exemplo disso as Concessões: umas, como as afectas à movimentação da carga contentorizada (*TCL*) e à carga geral fraccionada e granéis sólidos (*TCGL*), têm uma componente fixa, relacionada com o aluguer de cais e terraplenos, que cresce anualmente ao ritmo do IPC, e uma componente variável com as quantidades de mercadorias movimentadas.

Outra, é o caso da concessão do Terminal Petrolero, é sempre variável com as quantidades movimentadas, mas por escalões tarifários diferentes, sendo os proveitos superiores no primeiro, mas sucessivamente inferiores nos seguintes.

### PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	2002	2003	TAXA DE VARIÇÃO
<b>SERVIÇOS PRESTADOS AO NAVIO</b>			
TUP - NAVIO	3 118	3 032	-2,80%
SERVIÇO DE PILOTAGEM	2 393	2 363	-1,20%
SERVIÇO DE REBOQUE	3 098	2 847	-8,10%
SERVIÇOS AMARRAÇÃO/DESAMARRAÇÃO	633	624	-1,40%
	9 242	8 866	-4,10%
<b>SERVIÇOS PRESTADOS À MERCADORIA</b>			
TUP - CARGA	2 765	2 981	7,80%
OUTROS	34	23	-32,40%
	2 799	3 004	7,30%
<b>CONCESSÕES</b>			
TERMINAL PETROLERO	6 262	6 728	7,40%
TERMINAL DE CONTENTORES	8 896	9 397	5,60%
TERMINAL CARGA GERAL E GRANÉIS	3 367	3 343	-0,70%
OUTRAS	1 415	1 511	6,80%
	19 940	20 979	5,20%
FORNEC. E SERV. DIVERSOS	1 110	1 081	-2,60%
<b>TOTAL</b>	<b>33 091</b>	<b>33 930</b>	<b>2,5%</b>

UNID: 1000 EUROS

É por isso que, apesar de um crescimento de 12% nos granéis líquidos no Terminal Petrolero, os correspondentes proveitos só crescem 7,4%, incluindo já uma actualização tarifária de 2,5%.

Já no Terminal de Carga Geral e Granéis, enquanto a movimentação das mercadorias caiu em média 10%, os proveitos associados chegam quase ao valor atingido em 2002, dado que a renda fixa representa cerca de 75% no total daqueles proveitos e foi actualizada pelo IPC.

Os proveitos com origem nas Concessões na área portuária representam 62% do total da Prestação de Serviços e cresceram 5% relativamente ao ano anterior, pelo que contribuíram preponderantemente para a evolução positiva daquela.

Vejamos, entretanto, que rubricas dos Custos Operacionais evoluíram de forma menos favorável originando um crescimento de 5,4%.

### CUSTOS OPERACIONAIS

	2002	2003	TAXA DE VARIACÃO
CONSUMOS+FORN. E SERV. EXTERNOS	7 762	9 001	15,9%
CUSTOS C/O PESSOAL	11 745	11 892	1,2%
AMORTIZAÇÕES	11 859	12 069	1,8%
PROVISÕES	263	435	65,4%
OUTROS CUSTOS OPERACIONAIS	1 582	1 622	2,5%
<b>TOTAL</b>	<b>33 211</b>	<b>35 019</b>	<b>5,4%</b>

UNID: 1000 EUROS

Sobressaem os Fornecimentos e Serviços Externos, com um acréscimo de 16%. Dentro desta categoria de custos são as “dragagens de manutenção” que apresentam a evolução mais desfavorável: duplicam relativamente ao ano anterior, justificando aproximadamente 850 mil euros dos cerca de 1.240 de acréscimo dos F.S.E.

Efectivamente, um assoreamento excepcional nas docas interiores obrigou a dragagens com maior frequência e extensão.

De resto, há mais duas rubricas com evolução acima da mera actualização de preços: “subcontratos” e “conservação e reparação”.

A primeira tem um acréscimo de 50%, que em valor representa um custo adicional de 150 mil euros, tendo por base o custo dos serviços de amarração subcontratados no exterior. Esta prestação de serviços passou a estar sujeita a novas exigências de segurança e eficiência, originando uma subida significativa na contraprestação em valor.

Quanto à “Conservação e Reparação”, o custo aumentou 6,75%.

Embora nada tenha de extraordinário, o seu peso relativo no conjunto (28%) é suficientemente preponderante para significar um acréscimo de 240 mil euros nos F.S.E.

Nas restantes rubricas dos Custos Operacionais, à excepção das provisões, os acréscimos são inferiores à taxa de inflação verificada no ano.

Quanto às Provisões, com um crescimento de cerca de 170 mil euros, a evolução desfavorável está relacionada com a necessidade de reforçar excepcionalmente a provisão para cobranças duvidosas.

A APDL pratica tradicionalmente um critério de enorme prudência, provisionando a 100% os créditos sobre terceiros com atraso de cobrança superior a 90 dias. As dificuldades económico-financeiras vividas por muitas empresas no nosso país fizeram-se sentir também na nossa organização.

No quadro seguinte, que retrata a estrutura dos custos operacionais, ressalta o agravamento do peso relativo dos Fornecimentos e Serviços Externos no conjunto dos Custos e permite concluir que foi o único factor responsável pelo emagrecimento da margem operacional.

#### ESTRUTURA DOS CUSTOS OPERACIONAIS

	2002	2003
<b>PROVEITOS OPERACIONAIS</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>
CONSUMOS+FORN. E SERV. EXTERNOS	22,1%	24,9%
CUSTOS C/O PESSOAL	33,5%	33,0%
AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES	34,6%	34,6%
OUTROS CUSTOS OPERACIONAIS	4,5%	4,5%
<b>CUSTOS OPERACIONAIS</b>	<b>94,7%</b>	<b>97,0%</b>
<b>RESULTADOS OPERACIONAIS</b>	<b>5,3%</b>	<b>3,0%</b>

Mas apesar do andamento menos favorável dos Resultados Operacionais, os Fundos Libertos pela actividade situaram-se pouco abaixo dos obtidos no ano anterior: a quebra não chegou ao meio milhão de euros (- 2,6%).

#### CASH - FLOW

	2002	2003
RESULTADOS LÍQUIDOS	5 261	3 690
AMORTIZAÇÕES	11 859	12 069
PROVISÕES (VARIAÇÃO)	113	1 020
<b>FUNDOS LIBERTOS</b>	<b>17 233</b>	<b>16 779</b>

UNID: 1000 EUROS

O cash-flow foi em montante suficiente para dar cobertura nomeadamente ao investimento, que ultrapassou ligeiramente os 8 milhões de euros, e aos encargos com aposentações antecipadas, que originaram um dispêndio de 3,5 milhões de euros.

## Situação Financeira e Patrimonial

Face à evolução positiva do desempenho económico, a situação patrimonial mantém o equilíbrio e a robustez que a caracteriza há largos anos.

### BALANÇOS

	2002		2003	
	VALOR	%	VALOR	%
<b>IMOBILIZADO</b>	<b>225 741</b>	<b>87,0%</b>	<b>221 644</b>	<b>84,8%</b>
<b>ACTIVO CIRCULANTE</b>	<b>29 359</b>	<b>11,3%</b>	<b>32 491</b>	<b>12,4%</b>
EXISTÊNCIAS	176	0,1%	146	0,1%
DÍVIDAS DE 3ºS. CP	5 303	2,0%	5 710	2,2%
DISPONIBILIDADES	23 880	9,2%	26 635	10,2%
<b>ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS</b>	<b>4 521</b>	<b>1,7%</b>	<b>7 141</b>	<b>2,7%</b>
ACRÉSCIMOS DE PROVEITOS	1 011	0,4%	630	0,2%
CUSTOS DIFERIDOS	3 510	1,4%	6 511	2,5%
<b>TOTAL DO ACTIVO</b>	<b>259 621</b>	<b>100,0%</b>	<b>261 276</b>	<b>100,0%</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO</b>	<b>171 475</b>	<b>66,0%</b>	<b>171 188</b>	<b>65,5%</b>
<b>PROV.Pª.RISCOS E ENCARGOS</b>	<b>50 745</b>	<b>19,5%</b>	<b>53 295</b>	<b>20,4%</b>
DÍVIDAS A 3ºS. M.L.P.	187	0,1%	96	0,0%
DÍVIDAS A 3ºS. C.P.	5 890	2,3%	3 963	1,5%
<b>ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS</b>	<b>31 324</b>	<b>12,1%</b>	<b>32 734</b>	<b>12,5%</b>
ACRÉSCIMOS DE CUSTOS	1 102	0,4%	1 144	0,4%
PROVEITOS DIFERIDOS	30 222	11,6%	31 590	12,1%
<b>TOTAL DO PASSIVO+ SIT. LIQ.</b>	<b>259 621</b>	<b>100,0%</b>	<b>261 276</b>	<b>100,0%</b>

UNID: 1000 EUROS

De realçar neste exercício a relevação contabilística das responsabilidades futuras com as pensões de aposentação do Ex-INPP, referentes a aposentados do Departamento de Pilotagem do Douro e Leixões (DPDL) que a APDL vem assumindo desde 1999 suportando os encargos anuais, e registando-os como custos operacionais, por força da extinção daquele instituto e integração do DPDL na Administração Portuária.

Esta decisão, tomada após a elaboração de estudo actuarial para avaliação do montante actual das referidas responsabilidades, traz maior verdade e coerência às contas da nossa empresa: o Passivo reflecte o montante daquelas responsabilidades, avaliadas à data do balanço em 5,5 milhões de euros (registadas através duma Provisão) e, a partir do próximo ano, os encargos suportados anualmente deixam de afectar os Resultados Operacionais.

O reflexo patrimonial desta assumpção de responsabilidades futuras agravou o Passivo e afectou ainda os Capitais Próprios, já que a Provisão foi constituída por contrapartida dos Resultados Transitados.

Em termos estruturais, no entanto, o peso do Passivo sobe ligeiramente, porque as Dívidas a Terceiros de curto prazo diminuem cerca de 2 milhões de euros, consequência dum esforço de investimento inferior ao do ano anterior, cerca de 33%, logo reduzindo as dívidas a fornecedores de imobilizado.

Este nível de investimento mais baixo justifica também uma diminuição do Imobilizado Líquido em cerca de 4 milhões de euros: as Amortizações do exercício superaram os 12 milhões, enquanto o investimento se quedou pouco acima dos 8 milhões de euros.

Nos valores do Activo ressaltam também as seguintes evoluções:

- ◆ Um aumento do Activo Circulante em cerca de 3 milhões de euros, essencialmente à custa das Disponibilidades;
- ◆ Um crescimento dos Acréscimos e Diferimentos, por força sobretudo de um aumento superior e 2 milhões de euros dos Impostos Diferidos Activos.

A estrutura do Activo evoluiu no sentido de uma maior liquidez, o que conjugado com a diminuição do Passivo de curto prazo provoca um aumento significativo do Fundo de Maneio (+ 26%).

#### FUNDO DE MANEIO

	2002	2003
1. CAPITAIS CIRCULANTES	30 370	33 121
2. PASSIVO CORRENTE	11 017	8 742
<b>3.FUNDO DE MANEIO (1-2)</b>	<b>19 353</b>	<b>24 379</b>

*UNID: 1000 EUROS*

Por isso, o rácio “Liquidez” apresenta uma subida considerável. Os Capitais Circulantes cobrem quase quatro vezes as Dívidas a terceiros de curto prazo.

E esta situação acontece num exercício em que foram sentidas algumas dificuldades nas cobranças, o que está reflectido no agravamento do tempo médio de cobrança, que passa de 32 para 39 dias.

**RÁCIOS DE NATUREZA ECONÓMICA E FINANCEIRA**

	2002	2003
<b>FINANCEIROS</b>		
LIQUIDEZ (1)	2,76	3,79
AUTONOMIA FINANCEIRA (2)	0,66	0,66
SOLVABILIDADE (3)	1,95	1,90
COBERTURA DO IMOBILIZADO (4)	0,98	1,01
TEMPO MÉDIO DE COBRANÇA (DIAS)	32	39
TEMPO MÉDIO DE PAGAMENTO (DIAS)	83	76
<b>ECONÓMICOS (%)</b>		
PRODUÇÃO / PONTO CRÍTICO (5)	105,1	102,7
CUSTOS C/PESSOAL / VAB (6)	43,1	43,9
RENTABILIDADE DAS VENDAS (7)	5,6	3,2
RENTABILIDADE OPERACIONAL DO ACTIVO (8)	0,7	0,4
RENTABILIDADE DOS CAP. PRÓPRIOS (9)	3,1	2,2

- (1) (Activo Circ. + Acrésc. Prov.) / (Passivo c.p. + Acrésc. Custos)  
 (2) Cap. Próprio / Activo Total Liq.  
 (3) Capitais Próprios / Passivo Total  
 (4) Capitais Permanentes / Imobilizado Corpóreo  
 (5) Ponto Crítico = Custos variáveis + Custos de Estrutura  
 (6) Custos c/ Pessoal / VAB  
 (7) Resultados Operacionais / Prestação de Serviços  
 (8) Resultados Operacionais / Activo Total  
 (9) Resultados Líquidos / Capitais Próprios

Do quadro de rácios acima retiram-se duas conclusões:

- ◆ A situação financeira da nossa empresa continua a afirmar-se pela sua robustez;
- ◆ A evolução económica não atingiu o nível do ano transacto, nem o que se havia perspectivado no Plano de Actividades e Orçamento, mas não foi negativa. É preciso recordar que não se concretizou a retoma económica esperada para o 2º. semestre de 2003 e que a economia portuguesa viveu num clima de recessão ao longo do exercício.



## **Proposta de Aplicação de Resultados**

Os Resultados Líquidos apurados no exercício atingem o montante de € 3.689.711,52

Considerando o disposto no artº. 17º. dos Estatutos da APDL, S. A. propõe-se a seguinte aplicação:

- ♦ 10% para Reserva Legal, no montante de € 368.971,15
- ♦ que os restantes € 3.320.740,37 sejam levados a Resultados Transitados.

### **O Conselho de Administração**

**(António Ricardo de Oliveira Fonseca)**

**(Emílio Fernando Brogueira Dias)**

**(João Henrique Fernandes Marinho)**

## **8. Balanço, Conta de Resultados e Anexos**

**BALANÇO EM 31/12/2003**

CÓD. POC	DESIGNAÇÃO DAS CONTAS	EXERCÍCIOS			
		2003			2002
		AB	AP	AL	AL
	<b>ACTIVO</b>				
	<b>IMOBILIZADO:</b>				
	<b>IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS:</b>				
432	DESP. DE INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIM.	1 309 095	1 124 569	184 526	311 149
433	DIREITO PROPRIEDADE INDUSTRIAL	76 092	7 255	68 837	72 670
44	IMOBILIZAÇÕES EM CURSO	328 280		328 280	
		1 713 467	1 131 824	581 643	383 819
	<b>IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:</b>				
421	TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	15 044 308		15 044 308	15 044 308
422	EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	227 298 988	45 111 361	182 187 627	189 458 472
423	EQUIPAMENTO BÁSICO	5 924 981	3 143 208	2 781 773	2 251 607
424	EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE	1 068 236	619 550	448 686	577 535
425	FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS	396 080	244 074	152 006	189 381
426	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	5 658 581	3 318 417	2 340 164	2 666 190
429	OUTRAS IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS	1 216 238	603 847	612 391	644 688
44	IMOBILIZAÇÕES EM CURSO	16 219 202		16 219 202	13 202 809
		272 826 614	53 040 457	219 786 157	224 034 990
	<b>INVESTIMENTOS FINANCEIROS:</b>				
4.113	PARTES DE CAPITAL DE OUTRAS EMPRESAS	123 702		123 702	123 702
4.142	EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	1 388 653	236 377	1 152 276	1 199 553
		1 512 355	236 377	1 275 978	1 323 255
	<b>CIRCULANTE:</b>				
	<b>EXISTÊNCIAS:</b>				
36	MATÉRIAS PRIMAS, SUBS. E DE CONSUMO	280 705	134 286	146 419	176 058
		280 705	134 286	146 419	176 058
	<b>DÍVIDAS DE TERCEIROS - CURTO PRAZO</b>				
211	CLIENTES C/C	3 359 859		3 359 859	2 541 007
218	CLIENTES DE COBRANÇA DUVIDOSA	273 151	273 151	0	
24	ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	625 212		625 212	335 276
26	OUTROS DEVEDORES	2 554 002	828 545	1 725 457	2 426 323
		6 812 224	1 101 696	5 710 528	5 302 606
	<b>TÍTULOS NEGOCIÁVEIS</b>				
18	OUTRAS APLICAÇÕES DE TESOURARIA	23 500 000		23 500 000	21 618 356
		23 500 000	0	23 500 000	21 618 356
	<b>DEPÓSITOS BANCÁRIOS E CAIXA</b>				
12	DEPÓSITOS BANCÁRIOS	3 126 287		3 126 287	2 257 437
11	CAIXA	8 724		8 724	4 031
		3 135 011		3 135 011	2 261 468
	<b>ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS:</b>				
271	ACRÉSCIMOS DE PROVEITOS	629 859		629 859	1 010 563
272	CUSTOS DIFERIDOS	3 369 855		3 369 855	2 624 045
276	ACTIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS	3 140 742		3 140 742	886 137
		7 140 456		7 140 456	4 520 745
	TOTAL DE AMORTIZAÇÕES		54 408 658		
	TOTAL DE PROVISÕES		1 235 982		
	TOTAL DO ACTIVO	316 920 832	55 644 640	261 276 192	259 621 297

UNID: EUROS

### BALANÇO EM 31/12/2003

CÓD. POC	DESIGNAÇÃO DAS CONTAS	EXERCÍCIOS	
		2003	2002
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>			
<b>CAPITAL PRÓPRIO:</b>			
511	CAPITAL	48 000 000	48 000 000
5601	RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	2 995 452	2 995 452
5602	RES. AVALIAÇÃO DL N° 335/98	160 183 759	160 183 758
571	RESERVAS LEGAIS	1 793 904	1 267 837
574	RESERVAS LIVRES	581 614	581 614
59	RESULTADOS TRANSITADOS	-46 056 180	-46 814 576
		167 498 549	166 214 085
88	RESULTADOS LÍQUIDOS DO EXERCÍCIO	3 689 712	5 260 679
	TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO	171 188 261	171 474 764
<b>PASSIVO:</b>			
PROVISÕES PARA RISCOS E ENCARGOS:			
293	PROCESSOS JUDICIAIS EM CURSO	350 287	337 704
296	ENCARGOS FUTUROS SUBSISTEMA PRIVATIVO SAÚDE	40 519 586	40 053 882
297	ENCARGOS APOSENTAÇÃO DL N° 467/99	6 940 966	10 353 117
298	FUNDO DE PENSÕES DO EX- INPP	5 484 434	
		53 295 273	50 744 703
DÍVIDAS A TERCEIROS - MÉDIO E LONGO PRAZO:			
24	ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS		
261	FORNECEDORES DE IMOBILIZADO	95 917	187 212
268	OUTROS CREDORES		
		95 917	187 212
DÍVIDAS A TERCEIROS - CURTO PRAZO:			
221	FORNECEDORES C/C	1 878 347	1 887 831
228	FACT. RECEP. E CONFERÊNCIA	84 325	157 725
219	ADIANTAMENTOS DE CLIENTES	12 470	12 470
261	FORNECEDORES DE IMOBILIZADO	782 779	1 743 129
24	ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	261 966	1 026 496
26	OUTROS CREDORES	942 603	1 062 450
		3 962 490	5 890 101
<b>ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS:</b>			
273	ACRÉSCIMOS DE CUSTOS	1 144 548	1 102 608
274	PROVEITOS DIFERIDOS	31 589 703	30 221 909
		32 734 251	31 324 517
	TOTAL DO PASSIVO	90 087 931	88 146 533
	TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO	261 276 192	259 621 297

UNID: EUROS

### DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS LÍQUIDOS DE 1/1/2003 A 31/12/2003

CÓD. POC	DESIGNAÇÃO DAS CONTAS	EXERCÍCIOS			
		2003		2002	
<b>CUSTOS E PERDAS</b>					
61	CUSTO MERC. VEND. E MAT. CONSUMIDAS	313 783		275 268	
62	FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	8 686 637	9 000 420	7 486 929	7 762 197
CUSTOS COM O PESSOAL:					
641+642	REMUNERAÇÕES	6 773 427		7 001 824	
ENCARGOS SOCIAIS:					
643	PENSÕES	92 013		82 444	
645..648	OUTROS	5 026 036	11 891 476	4 660 815	11 745 083
66	AMORTIZAÇÕES DO IMOBILIZADO	12 069 295		11 859 127	
67	PROVISÕES	435 247	12 504 542	263 152	12 122 279
63	IMPOSTOS	5 499		5 200	
65	OUTROS CUSTOS OPERACIONAIS	1 616 577	1 622 076	1 576 407	1 581 607
<b>(A)</b>			35 018 514		33 211 166
683	AMORT. DE INVEST. EM IMÓVEIS	47 277		47 277	
681..688	JUROS E CUSTOS SIMILARES	138 436	185 713	149 168	196 445
<b>(C)</b>			35 204 227		33 407 611
69	CUSTOS E PERDAS EXTRAORDINÁRIAS		4 297 266		4 486 800
<b>(E)</b>			39 501 493		37 894 411
86	IMPOSTO S/O RENDIMENTO DO EXERCÍCIO		-549 621		-460 098
<b>(G)</b>			38 951 872		37 434 313
88	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		3 689 712		5 260 679
			42 641 584		42 694 992
<b>PROVEITOS E GANHOS</b>					
72	PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS		33 930 009		33 091 047
VARIAÇÃO DE PRODUÇÃO					
74	SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO		99 772		83 866
75	TRABALHOS PARA A PRÓPRIA EMPRESA		173 688		89 920
73	PROVEITOS SUPLEMENTARES	1 856 879		1 703 098	
76	OUTROS PROVEITOS OPERACIONAIS	54 323	1 911 202	87 937	1 791 035
<b>(B)</b>			36 114 671		35 055 868
7815/6+783	RENDIMENTO DE TÍTULOS NEGOCIÁVEIS E DE OUTRAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS	729 372		701 844	
7811+785/6/8	OUTROS JUROS E PROVEITOS SIMILARES	136 219	865 591	173 432	875 276
<b>(D)</b>			36 980 262		35 931 144
79	PROVEITOS E GANHOS EXTRAORDINÁRIOS		5 661 322		6 763 848
<b>(F)</b>			42 641 584		42 694 992
RESULTADOS OPERACIONAIS (B)-(A)			1 096 157		1 844 702
RESULTADOS FINANCEIROS (D-B)-(C-A)			679 878		678 831
RESULTADOS CORRENTES (D)-(C)			1 776 035		2 523 533
RESULTADOS ANTES DE IMPOSTOS (F)-(E)			3 140 091		4 800 581
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO (F)-(G)			3 689 712		5 260 679

## DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES

	EXERCÍCIOS	
	2003	2002
VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	+ 33 930 009	+ 33 091 047
CUSTO DAS VENDAS E DAS PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	- 20 854 427	- 19 622 458
<b>RESULTADOS BRUTOS</b>	<b>+ 13 075 582</b>	<b>+ 13 468 589</b>
OUTROS PROVEITOS E GANHOS OPERACIONAIS	+ 2 184 662	+ 1 964 821
CUSTOS DE DISTRIBUIÇÃO	- 0	- 0
CUSTOS ADMINISTRATIVOS	- 6 588 163	- 6 842 755
OUTROS CUSTOS E PERDAS OPERACIONAIS	- 5 613 814	- 4 787 955
<b>RESULTADOS OPERACIONAIS</b>	<b>+ 3 058 267</b>	<b>+ 3 802 700</b>
CUSTO LÍQUIDO DE FINANCIAMENTO	- 0	- 0
GANHOS ( PERDAS) EM FILIAIS E ASSOCIADAS	- 0	- 0
GANHOS ( PERDAS) EM OUTROS INVESTIMENTOS	+ 679 878	+ 678 831
<b>RESULTADOS CORRENTES</b>	<b>+ 3 738 145</b>	<b>+ 4 481 531</b>
IMPOSTOS SOBRE OS RESULTADOS CORRENTES	- 1 559 268	- 1 612 855
<b>RESULTADOS CORRENTES APÓS IMPOSTOS</b>	<b>+ 2 178 877</b>	<b>+ 2 868 676</b>
RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS	- 598 054	+ 319 050
IMPOSTOS SOBRE OS RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS	+ 1 362 503	+ 1 186 816
ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS	+ 746 386	+ 886 137
<b>RESULTADOS LÍQUIDOS</b>	<b>+ 3 689 712</b>	<b>+ 5 260 679</b>
<b>RESULTADOS POR ACÇÃO</b>	<b>+ 0,38</b>	<b>+ 0,55</b>

UNID: EUROS

### DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES DOS FUNDOS CIRCULANTES

<b>1 - AUMENTOS DAS EXISTÊNCIAS</b> MATÉRIAS-PRIMAS,SUBS.E DE CONSUMO		<b>1 - DIMINUIÇÃO DAS EXISTÊNCIAS</b> MATÉRIAS-PRIMAS,SUBS.E DE CONSUMO	29 639
<b>2 - AUMENTO DAS DÍVIDAS DE TERCEIROS A CURTO PRAZO</b> CLIENTES C/C CLIENTES DE COBRANÇA DUVIDOSA ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS OUTROS DEVEDORES ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS	818 852 85 162 289 936 365 106	<b>2 - DIMINUIÇÃO DAS DÍVIDAS DE TERCEIROS A C/PRAZO</b> CLIENTES C/C CLIENTES DE COBRANÇA DUVIDOSA ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS OUTROS DEVEDORES ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS	363 364
<b>3 - DIMINUIÇÃO DAS DÍVIDAS A TERCEIROS A CURTO PRAZO</b> ADIANTAMENTOS DE CLIENTES FORNECEDORES, C/C ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS FORNECEDORES DE IMOBILIZADO, C/C OUTROS CREDORES ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS	82 884 764 530 960 350 119 847	<b>3 - AUMENTO DAS DÍVIDAS A TERCEIROS A CURTO PRAZO</b> ADIANTAMENTOS DE CLIENTES FORNECEDORES, C/C ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS FORNECEDORES DE IMOBILIZADO, C/C OUTROS CREDORES ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS	68 862
<b>4 - AUMENTO DAS DISPONIBILIDADES</b> CAIXA DEPÓSITOS À ORDEM OUTRAS APLICAÇÕES DE TESOURARIA	4 693 868 850 1 881 644	<b>4 - DIMINUIÇÃO DAS DISPONIBILIDADES</b> CAIXA DEPÓSITOS À ORDEM OUTRAS APLICAÇÕES DE TESOURARIA	
		<b>5 - AUMENTO DOS FUNDOS CIRCULANTES</b>	<b>5 779 989</b>
	6 241 854		6 241 854

UNID: EUROS

### DEMONSTRAÇÃO DA ORIGEM E APLICAÇÃO DOS FUNDOS

ORIGEM DOS FUNDOS			APLICAÇÃO DOS FUNDOS		
<b>INTERNAS:</b>			<b>DIMINUIÇÃO DOS CAPITAIS PRÓPRIOS:</b>		
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERC.	3 689 712		RESPONSABILIDADES FUTURAS RELATIVAS		
AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO:			FUNDO DE PENSÕES DO EX-INPP		3 976 215
DE IMOBILIZADO CORPÓREO	11 905 839		<b>MOVIMENTOS FINANCEIROS A M/L PRAZO:</b>		
DE IMOBILIZADO INCORPÓREO	163 456		DIMINUIÇÃO DAS DÍVIDAS A TERCEIROS		
DE INVESTIMENTO FINANC.	47 277		A MÉDIO E LONGO PRAZO:		
VARIAÇÃO DE PROVISÕES	2 973 234	18 779 518	FORNECEDORES DE IMOBILIZADO	91 295	91 295
			<b>ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS:</b>		
<b>EXTERNAS:</b>			ACTIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS		2 254 605
AUMENTO DAS DÍVIDAS A TERCEIROS A			<b>AUMENTO DE IMOBILIZAÇÕES:</b>		
MÉDIO E LONGO PRAZO:			TRABALHOS DA EMPRESA PARA ELA		
FORNECEDORES DE IMOBILIZADO			PRÓPRIA	173 688	
DIMINUIÇÕES DE IMOBILIZAÇÕES:			AQUISIÇÃO DE IMOBILIZAÇÕES:		
CESSÃO DE IMOBILIZAÇÕES		132 696	IMOBILIZADO CORPÓREO	7 616 014	
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS:			IMOBILIZADO INCORPÓREO	361 280	8 150 982
PROV. DIFERIDOS - SUBS.AO INVEST.		1 340 872	<b>AUMENTO DOS FUNDOS CIRCULANTES</b>		<b>5 779 989</b>
		20 253 086			20 253 086

UNID: EUROS

## DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DE 1/01/2003 A 31/12/2003

	EXERCÍCIOS			
	2003		2002	
<b>ACTIVIDADES OPERACIONAIS:</b>				
RECEBIMENTOS DE CLIENTES	+	35 012 804		34 864 992
PAGAMENTOS A FORNECEDORES	-	9 948 709		7 332 934
PAGAMENTOS AO PESSOAL	-	11 258 392		11 974 506
<b>FLUXO GERADO PELAS OPERAÇÕES</b>		<b>13 805 703</b>		<b>15 557 552</b>
PAGAMENTO/RECEBIMENTO DO IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO		-166 015		-1 262 255
OUTROS RECEBIMENTOS/PAGAMENTOS RELATIVOS À ACTIVIDADE OPERACIONAL	-	-3 074 523		-1 088 513
<b>FLUXOS GERADOS ANTES DAS RUBRICAS EXTRAORDINÁRIAS</b>		<b>10 565 166</b>		<b>13 206 784</b>
RECEBIMENTOS RELACIONADOS COM RUBRICAS EXTRAORDINÁRIAS	+	126 468		672 587
PAGAMENTOS RELACIONADOS COM RUBRICAS EXTRAORDINÁRIAS	-	4 165 415		4 290 292
<b>FLUXOS DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS (1)</b>			<b>6 526 218</b>	<b>9 589 079</b>
<b>ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:</b>				
<b>RECEBIMENTOS PROVENIENTES DE:</b>				
INVESTIMENTOS FINANCEIROS				
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS		77 804		53 875
IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS				0
SUBSÍDIOS PARA INVESTIMENTOS		4 189 034		9 052 723
JUROS E PROVEITOS SIMILARES		1 086 184		962 389
DIVIDENDOS				
EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS			5 353 022	28 000
<b>PAGAMENTOS RESPEITANTES A:</b>				
INVESTIMENTOS FINANCEIROS				
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS		8 608 532		13 196 662
IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS		361 280		251 818
EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS			8 969 812	13 528 480
<b>FLUXOS DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO (2)</b>			<b>-3 616 790</b>	<b>-3 431 494</b>
<b>ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:</b>				
<b>RECEBIMENTOS PROVENIENTES DE:</b>				
EMPRÉSTIMOS OBTIDOS				
AUMENTOS DE CAPITAL, PRESTAÇÕES SUPLEMENTARES E PRÉMIOS DE EMISSÃO				
SUBSÍDIOS E DOAÇÕES				
VENDA DE ACÇÕES E QUOTAS PRÓPRIAS				
COBERTURA DE PREJUÍZOS				
EMPRÉSTIMOS DOS SÓCIOS			0	0
<b>PAGAMENTOS RESPEITANTES A:</b>				
EMPRÉSTIMOS OBTIDOS				
AMORTIZAÇÃO DE CONTRATOS DE LOCAÇÃO FINANCEIRA		143 854		191 566
JUROS E CUSTOS SIMILARES		10 387		10 504
DIVIDENDOS				
REDUÇÕES DE CAPITAL E PRESTAÇÕES SUPLEMENTARES				
AQUISIÇÃO DE ACÇÕES E QUOTAS PRÓPRIAS				
EMPRÉSTIMOS DOS SÓCIOS			154 241	202 070
<b>FLUXOS DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO (3)</b>			<b>-154 241</b>	<b>-202 070</b>
<b>VARIAÇÃO DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES (4)=(1)+(2)+(3)</b>			<b>2 755 188</b>	<b>5 955 515</b>
<b>EFEITO DAS DIFERENÇAS DE CÂMBIO</b>			<b>0</b>	<b>0</b>
<b>CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO INÍCIO DO PERÍODO</b>			<b>23 879 824</b>	<b>17 924 309</b>
<b>CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO FIM DO PERÍODO</b>			<b>26 635 012</b>	<b>23 879 824</b>

UNID: EUROS



## Anexo à Demonstração dos Fluxos de Caixa

2 - Discriminação dos componentes de caixa e seus equivalentes

	2003	2002
NUMERÁRIO	8 724	4 031
DEPÓSITOS BANCÁRIOS IMEDIATAMENTE MOBILIZÁVEIS	3 126 287	2 257 437
EQUIVALENTES A CAIXA:		
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES		
TÍTULOS NEGOCIÁVEIS		
OUTRAS APLICAÇÕES DE TESOURARIA	23 500 000	21 618 356
<b>DISPONIBILIDADES CONSTANTES DO BALANÇO</b>	<b>26 635 012</b>	<b>23 879 824</b>

UNID: EUROS

## 9. Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados

### 1. *Derrogação de disposições do P.O.C.*

Não aplicável.

### 2. *Comparabilidade das contas do Balanço e da Demonstração de Resultados*

Não existem situações de não comparabilidade das contas.

### 3. *Critérios valorimétricos utilizados*

Na elaboração das Demonstrações Financeiras, e tal como nos exercícios precedentes, foram utilizados os princípios contabilísticos da continuidade de operações, da especialização dos exercícios e do custo histórico, excepto quanto aos bens de imobilizado existentes em 31.12.1998, que foram objecto de uma avaliação patrimonial.

Referem-se de seguida os critérios valorimétricos utilizados relativamente às várias rubricas do Balanço e da Demonstração dos Resultados, bem como as políticas contabilísticas mais relevantes.

#### 3.1. Imobilizado Corpóreo e Incorpóreo

Os elementos do Imobilizado são contabilizados ao custo de aquisição .

Excepcionam-se deste critério os bens integrantes do Imobilizado Corpóreo à data de 31.12.1998 por força da avaliação patrimonial empreendida ao abrigo do D.L. nº. 335/98 de 3 de Novembro.

#### 3.2. Amortizações do Imobilizado

As amortizações do Imobilizado são calculadas pelo método das quotas constantes (base duodecimal) e utilizando taxas anuais que se situam entre os valores mínimo e máximo definidos pelo Dec. Regulamentar nº. 2/90.

No entanto, e como consequência directa do processo de avaliação patrimonial, aos bens existentes à data de 31.12.1998 são aplicadas as taxas de amortização decorrentes dos novos períodos de vida útil atribuídos naquele processo.

As “Grandes Reparações” são amortizadas de acordo com a vida útil estimada.

#### 3.3. Investimentos Financeiros

Os investimentos financeiros são valorizados ao custo de aquisição adicionado das despesas de compra, excepto quanto aos Imóveis de Rendimento que foram objecto de uma avaliação patrimonial reportada a 31.12.1998.

Sempre que qualquer dos investimentos financeiros referidos tiver à data do balanço, um valor de mercado ou de recuperação inferior ao registado na contabilidade, este é objecto da correspondente redução, por intermédio da conta 684 (Custos e Perdas Financeiras - Provisões para Aplicações Financeiras), tendo como contrapartida a conta 49 (Provisões para Investimentos Financeiros).

### 3.4. Existências

- ◆ Matérias-Primas - Encontram-se valorizadas ao custo de aquisição.
- ◆ O custo de aquisição inclui os gastos para as colocar no seu estado actual.
- ◆ O critério valorimétrico das saídas de existências é o custo médio ponderado.

### 3.5. Disponibilidades

Os títulos negociáveis e aplicações de tesouraria são registados ao custo de aquisição.

### 3.6. Encargos com Férias e Subsídio de Férias

Considerando que os encargos com Férias e Subsídios de Férias a pagar em 2004 constituem um custo do exercício anterior, a APDL, S.A. contabilizou essa responsabilidade no exercício de 2003, no montante de 1 038 508 euros.

### 3.7. Proveitos Diferidos

Os valores contabilizados em Proveitos Diferidos relacionam-se com as participações obtidas para projectos de investimento, sendo transferidos para Proveitos Extraordinários no mesmo período em que se processam as amortizações dos respectivos bens.

### 3.8. Custos Diferidos

Compreende gastos que apenas são reconhecidos com custos em exercícios seguintes e que respeitam fundamentalmente a despesas de Manutenção/Conservação com carácter periódico de Infraestruturas e Equipamento Básico.

O prazo de diferimento do custo é baseado na utilidade futura esperada de cada uma das intervenções.

## **4. Cotações utilizadas**

As transacções em moeda estrangeira são registadas ao câmbio do dia de cada operação.

Os valores de balanço, à data do fecho de contas, são actualizados em função da taxa de câmbio em vigor nessa data, desde que as diferenças de câmbio apuradas sejam materialmente relevantes.

## **5. Alteração dos Resultados do Exercício, com vista a obter vantagens fiscais**

Não aplicável.

## 6. Situações que afectam impostos futuros

**6.1.** O montante de impostos diferidos activos registado no exercício ascendem a 2 254 605 euros, correspondendo às situações respeitantes ao ano 2003, não aceites fiscalmente neste período, e ao ajustamento provocado pela alteração da taxa de tributação de IRC, dos activos por impostos diferidos registados em balanço no ano anterior.

A sua apresentação pode ser efectuada da seguinte forma:

DESCRIÇÃO	REFORÇO PROVISÕES EXERCÍCIO 2003	AJUSTAMENTO IMPOSTOS DIFERIDOS BALANÇO	REFORÇO DO EXERCÍCIO
PROVISÕES P/ENCARGOS DECORRENTES DO PROCESSO DE APOSENTAÇÃO (DL N.º.467/99)	32 613	-6 975	25 638
PROVISÃO P/COBRANÇAS DUVIDOSAS	116 232	-14 473	101 759
PROVISÃO P/RESPONSABILIDADES FUTURAS COM SISTEMA PRIVATIVO DE ASSIST.MÉDICA	745 230	-126 241	618 989
ACTIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS COM IMPACTO NOS RESULTADOS DO EXERCÍCIO	894 075	-147 689	746 386
FUNDO DE PENSÕES DO EX- INPP	1 508 219	-	1 508 219
<b>TOTAL DOS ACTIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS</b>	<b>2 402 294</b>	<b>-147 689</b>	<b>2 254 605</b>

UNID: EUROS

Relativamente ao Fundo Pensões do Ex- INPP, a situação encontra-se desenvolvida na nota 40, e o movimento contabilístico dos activos por impostos diferidos teve por contrapartida a rubrica de Resultados Transitados.

Em termos globais, no final do exercício de 2003, o montante dos Activos por Impostos Diferidos ascende a 3 140 742 euros.

### 6.2. Informações Adicionais

**6.2.1.** A Taxa de IRC utilizada ascende a 25% e a derrama a 10%.

**6.2.2.** Relativamente às situações existentes em 31.12.2001 e que afectam os impostos futuros, optou-se por não os contabilizar, até que se demonstre com rigor que há expectativas futuras de recuperação.

De acordo com os dados disponíveis e as taxas de imposto em vigor, o valor remanescente dos impostos diferidos, ascende a 10 728 864 euros, calculados da seguinte forma:

**Impostos Diferidos Activos**

- ◆ Prov.p/Enc . c/Aposentação (DL 467/99)  
(6 695 553 x 27,5%) 1 841 277
- ◆ Prov.p/Resp.Futuras c/Sist.Priv.Assist.  
(35 514 368 x 27,5%) 9 766 451

**Impostos Diferidos Passivos**

- ◆ Mais valias p/alienação imobilizado  
(3 195 870 x 27,5%) (878 864)

**10 728 864**

UNID: EUROS

**6.2.3. Reconciliação da Conta 86 – Imposto sobre o Rendimento:**

	2003
ESTIMATIVA IMPOSTO A PAGAR	196 765
EFEITOS DOS IMPOSTOS DIFERIDOS ACTIVOS	-746 386
<b>IMPOSTO S/O RENDIMENTO DO EXERCÍCIO</b>	<b>-549 621</b>

UNID: EUROS

**7. Activo Médio de Pessoal**

Atenta a natureza do vínculo contratual, os trabalhadores ao serviço, à data de 31.12.2003, apresentam a seguinte caracterização:

	2003
PESSOAL DO QUADRO	199
PESSOAL REQUISITADO/COMISSÃO DE SERVIÇO	2
PESSOAL CONTRATADO (TERMO OU PRESTAÇÃO DE SERVIÇO)	14
	<b>215</b>

**8. Despesas de investigação e desenvolvimento**

Os acréscimos ocorridos nesta rubrica do Balanço ascendem a 361 280 euros e prendem-se com a imobilização no exercício de valores referentes a:

- ◆ Estudo de operacionalidade do Posto A do Terminal Petrolero – 210 000 €
- ◆ Plano Estratégico de Desenvolvimento do Porto de Leixões – 94 750 €
- ◆ Plano de Promoção do Porto de Leixões – 33 000 €
- ◆ Projecto PISCIS – Projecto de Investigação Oceanográfica em Consórcio – 23 530 €

**9. Amortização de trespases**  
Não aplicável.

**10. Movimentos ocorridos no Activo Imobilizado**

Nos quadros anexos "Activo Bruto" e "Amortizações" demonstram-se os movimentos ocorridos nas grandes classes do Imobilizado.

As regularizações efectuadas prendem-se com movimentos de reclassificação contabilística mais apropriada, empreendida em alguns elementos patrimoniais.

**ACTIVO BRUTO**

RUBRICA	INICIAIS	REGULARIZ.	TRANSFER.	AUMENTOS	ABATES	FINAL
IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS:						
DESP. INVESTIGAÇÃO E DESENV.	1 276 095			33 000		1 309 095
MARCAS E PATENTES	76 092					76 092
IMOBILIZAÇÕES EM CURSO				328 280		328 280
<b>A)</b>	1 352 187	0	0	361 280	0	1 713 467
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:						
TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	15 044 308					15 044 308
EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	224 580 656	20 225	1 675 350	1 022 757		227 298 988
EQUIPAMENTO BÁSICO	5 021 039		22 351	998 310	116 719	5 924 981
EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE	1 201 590			107 967	241 321	1 068 236
FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS	382 032			14 048		396 080
EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	5 019 020		53 445	626 566	40 450	5 658 581
OUTRAS IMOBILIZAÇ. CORPÓREAS	1 072 961		132 417	10 913	53	1 216 238
IMOBILIZAÇÕES EM CURSO	13 202 809	-109 186	-1 883 563	5 009 142		16 219 202
<b>B)</b>	265 524 415	-88 961	0	7 789 703	398 543	272 826 614
INVESTIMENTOS FINANCEIROS:						
PARTES DE CAPITAL	123 702					123 702
INVESTIMENTOS EM IMÓVEIS	1 388 653					1 388 653
<b>C)</b>	1 512 355	0	0	0	0	1 512 355
<b>TOTAL (A + B+ C)</b>	268 388 957	-88 961	0	8 150 983	398 543	276 052 436

UNID: EUROS

## AMORTIZAÇÕES

RUBRICAS	INICIAIS	REGULARIZ.	ABATES	TRANSFER.	REFORÇO	FINAL
<b>IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS:</b>						
DESP. INVESTIG. E DESENVOLV.	964 945				159 624	1 124 569
MARCAS E PATENTES	3 422				3 833	7 255
<b>A)</b>	<b>968 367</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>163 457</b>	<b>1 131 824</b>
<b>IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:</b>						
TERRENOS E RECURSOS NATURAIS						
EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	35 122 184			-3 856	9 993 034	45 111 362
EQUIPAMENTO BÁSICO	2 769 432		116 719		490 495	3 143 208
EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE	624 055		214 960		210 455	619 550
FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS	192 651		0		51 423	244 074
EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	2 352 830		23 127	1 102	987 611	3 318 416
OUTRAS IMOBILIZ. CORPÓREAS	428 273		1	2 754	172 821	603 847
<b>B)</b>	<b>41 489 425</b>	<b>0</b>	<b>354 807</b>	<b>0</b>	<b>11 905 839</b>	<b>53 040 457</b>
<b>INVESTIMENTOS FINANCEIROS:</b>						
EDIFÍCIOS	189 100				47 277	236 377
<b>C)</b>	<b>189 100</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>47 277</b>	<b>236 377</b>
<b>TOTAL (A + B+ C)</b>	<b>42 646 892</b>	<b>0</b>	<b>354 807</b>	<b>0</b>	<b>12 116 573</b>	<b>54 408 658</b>

UNID : EUROS

### 11. Encargos financeiros capitalizados

Não foram capitalizados, durante o exercício, quaisquer valores relativos a encargos financeiros.

### 12. Reavaliação de imobilizações corpóreas ou de investimentos financeiros

Não aplicável.

### 13. Quadro discriminativo das reavaliações

Não aplicável.

### 14. Imobilizações corpóreas em situações especiais

#### 14.1. Imobilizado construído em terrenos do domínio público

A maioria dos Edifícios e Construções, que integram o Imobilizado Corpóreo, foi edificada em terrenos do domínio público do Estado afecto à APDL, S.A..

Objectivando esta realidade específica, enumera-se de seguida o peso relativo destes bens construídos em terrenos do domínio público, contabilizados na conta 422 – Edifícios e outras construções:

	2003
VALOR BRUTO TOTAL	227 298 988
VALOR BRUTO DOS IMÓVEIS E INSTALAÇÕES CONSTRUÍDOS EM TERRENOS DO DOM. PÚBLICO	224 173 394

UNID: EUROS

#### 14.2 Imobilizado integrado em áreas concessionadas

Parte do Imobilizado Corpóreo da APDL, S.A. está afecto a actividades concessionadas. Destacam-se as seguintes situações:

- ◆ Infra-estruturas afectas à actividade de movimentação de carga geral fraccionada e granéis no Porto de Leixões, concessionada ao TCGL – Terminal de Carga Geral e Granéis de Leixões, S.A., essencialmente constituídos por muros-cais e terraplenos nas Docas 1 Sul, 2 Norte e Sul e 4 Norte.
- ◆ Infra-estruturas afectas à actividade de movimentação da carga contentorizada no Porto de Leixões, concessionada ao TCL – Terminal de Contentores de Leixões, S.A., essencialmente constituídas por muros cais e terraplenos na Doca 1 Norte e na Doca 4 Sul.
- ◆ Infra-estruturas que constituem o Terminal Petroleiro, concessionado à Petrogal.
- ◆ Infra-estruturas e edifícios que constituem o porto de pesca de Matosinhos, concessionado à Docapesca.

#### **15. Bens em regime de locação financeira**

Os bens em regime de locação financeira são os seguintes:

DESCRIÇÃO	VALOR BRUTO	AMORTIZ. ACUMULADAS	RENDAS VINCENDAS
EQUIP. DE TRANSPORTE (ANO DE 2001)	288 379	216 284	60 105
EQUIP. DE TRANSPORTE (ANO DE 2002)	245 328	72 714	161 435
	<b>533 707</b>	<b>288 998</b>	<b>221 540</b>

UNID: EUROS

#### **16. Empresas do grupo e associadas**

Não aplicável.



**17. Títulos negociáveis**

Não aplicável.

**18. Investimentos financeiros em fundos**

Não aplicável.

**19. Valoração dos elementos do activo circulante a preços de mercado**

Não existem diferenças materialmente relevantes entre os valores constantes das rubricas do Balanço e os correspondentes preços do mercado.

**20. Valoração dos elementos do activo circulante a preços inferiores aos de aquisição**

Não aplicável.

**21. Provisões extraordinárias**

Não se verifica a situação enunciada.

**22. Existências fora da empresa**

Não se verifica a situação descrita.

**23. Dívidas de cobrança duvidosa**

Os créditos de cobrança duvidosa eram, à data de 31.12.2003, os seguintes :

RUBRICAS	VALOR DA DÍVIDA	VALOR DA PROVISÃO
CLIENTES DE COB.DUVIDOSA		273 151
DEVEDORES DAS OBRAS SOCIAIS	727 369	88 938
OUTROS DEVEDORES EM CONTENCIOSO		739 607
<b>TOTAL</b>		<b>1 101 696</b>

UNID: EUROS

É norma da empresa provisionar a 100% as dívidas de clientes e outros devedores que apresentem atrasos de cobrança superiores a 90 dias.

Relativamente às Dívidas às Obras Sociais, e desde que não caiam na situação referida no parágrafo anterior, é procedimento habitual criar uma provisão que dê cobertura às dívidas a recuperar dos beneficiários com mais de 75 anos de idade.

**24. Adiantamentos ou empréstimos concedidos aos órgãos sociais**

Não foram concedidos empréstimos, nem adiantamentos, a membros dos órgãos da administração, de direcção ou de fiscalização da empresa, nem foram assumidas quaisquer responsabilidades por sua conta.

**25. Valor global das dívidas activas e passivas respeitantes ao pessoal**

O valor das dívidas activas e passivas referentes ao pessoal era, em 31.12.2003, o seguinte:

	2003
CRÉDITOS SOBRE O PESSOAL:	
DÉBITOS SUBSISTEMA DE SAÚDE	851 483
QUOTIZAÇÕES OBRAS SOCIAIS	18 299
	869 782
DÉBITOS AO PESSOAL	23 505

UNID: EUROS

**26. Dívidas tituladas**

Não se verifica a situação enunciada.

**27. Títulos ou direitos similares emitidos pela instituição**

Não se verifica a situação enunciada.

**28. Dívidas ao estado em situação de mora**

Não se verifica a situação enunciada.

**29. Valor das dívidas a terceiros a mais de 5 anos**

Não se verifica a situação enunciada.

**30. Dívidas a terceiros cobertas por garantias reais**

Não se verifica a situação enunciada.

**31. Compromissos financeiros que não figuram no balanço**

Não aplicável.

### **32. Responsabilidades por garantias prestadas**

#### **32.1 Aval prestado a um financiamento do GPL**

Durante o exercício de 1995 foi prestado pela APDL, S.A. um aval, conjuntamente com os operadores portuários de Leixões, a um empréstimo de 5 985 575 euros, contraído pela Associação GPL - Empresa de Trabalho Portuário do Douro e Leixões, junto da Companhia Geral do Crédito Predial Português, S.A. e Banco Espírito Santo, S.A., aval esse que obteve a concordância do Senhor Secretário de Estado Adjunto e das Pescas e aprovação do Senhor Secretário de Estado Adjunto e do Tesouro, em despachos de respectivamente de 24.01.1995 e 01.02.1995.

O envolvimento da APDL, S.A. nesta garantia prendeu-se com o reconhecido interesse que a operação de financiamento à GPL virá a ter na redução de mão-de-obra portuária, com o conseqüente abaixamento de custos e uma maior competitividade do Porto de Leixões.

Em 31.12.2003, o empréstimo em referência apresentava um saldo de 748 196 euros.

#### **32.2 Garantias bancárias prestadas a terceiros**

- ◆ Em 2001 a APDL, S.A. prestou uma garantia bancária a favor do Juiz de Direito do Tribunal de Círculo e de Comarca de Matosinhos para caucionar o fundo indispensável ao pagamento de indemnização de parcelas de terreno expropriadas, no âmbito da empreitada de construção da VILPL - Via Interna de Ligação ao Porto de Leixões.

Em 31.12.2003, aquela garantia era de 259 447 Euros.

- ◆ Em 2003 foi prestada uma garantia bancária no valor de 177 857 euros a favor da Agência de Inovação, S.A. destinada a caucionar o contrato de financiamento do projecto de I&D intitulado PISCIS - Protótipo de um Sistema Integrado para Amostragem Intensiva do Oceano Costeiro, co-financiado pelo FEDER.

### **33. Diferença entre as dívidas a pagar e as correspondentes quantias amortizadas**

Não se verifica a situação enunciada.

### **34. Provisões**

Foi o seguinte o movimento das provisões ocorrido no exercício:

	CONTAS	SALDO INICIAL	AUMENTO	REDUÇÃO	SALDO FINAL
28	PROVISÕES P/ COBRANÇAS DUVIDOSAS:				
281	DÍVIDAS DE CLIENTES	187 989	85 162		273 151
288	OUTRAS DÍVIDAS DE TERCEIROS	491 044	337 501		828 545
29	PROVISÕES P/ RISCOS E ENCARGOS:				
293	PROCESSOS JUDICIAIS EM CURSO	337 704	12 583		350 287
296	REGIME ASSISTÊNCIA PRIVATIVA	40 053 882	2 709 927	2 244 223	40 519 586
297	APOSENTAÇÕES ANTECIPADAS - D.L. 467/99	10 353 117	118 593	3 530 744	6 940 966
298	FUNDO DE PENSÕES DO EX-INPP		5 484 434		5 484 434
39	PROVISÕES P/ DEPRECIAÇÃO EXISTÊNCIAS:				
396	MATÉRIAS PRIMAS SUBSIDIÁRIAS E DE CONSUMO	134 286			134 286
	<b>TOTAIS</b>	<b>51 558 022</b>	<b>8 748 200</b>	<b>5 774 967</b>	<b>54 531 255</b>

UNID: EUROS

No que toca ao aumento de Provisões para o Fundo de Pensões do Ex-INPP (conta 298), movimento efectuado por contrapartida da rubrica Resultados Transitados (nota 40) relaciona-se com o registo das responsabilidades futuras em 31 de Dezembro de 2003, das pensões de reforma com os funcionários aposentados do Ex-INPP. Este cálculo resultou dum estudo actuarial no qual foram incluídos os diversos portos nacionais.

### **35 a 38. Capital Social**

Conforme previsto no artº. 10º. do D.L. nº.335/98, de 3 de Novembro, que transformou a APDL em Sociedade Anónima de capitais exclusivamente públicos, o capital social foi fixado por ajustamento em 48 000 000 euros, no seguimento da avaliação patrimonial realizada em 1999.

Assim o capital inicial de 4 181 000 contos, fixado na data de constituição da sociedade, foi alterado por incorporação de parte da Reserva de Avaliação e redenominado em euros, por Deliberação Unânime do Accionista em 21 de Março de 2001.

O capital social é agora constituído por 9 600 000 acções, de valor nominal de 5 euros cada.

As acções são nominativas e revestem a forma escritural, sendo detidas exclusivamente pela Direcção Geral do Tesouro.

### **39. Reservas de reavaliação**

Não ocorreu, no exercício, qualquer variação nas Reservas de Avaliação.

**40. Movimento das rubricas de capitais próprios ocorridos no exercício:**

Explanam-se no quadro seguinte os referidos movimentos:

	CONTAS	SALDO INICIAL	AUMENTOS	REDUÇÕES	SALDO FINAL
511	CAPITAL SUBSCRITO E REALIZ.	48 000 000		-	48 000 000
56	RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	163 179 211	-	-	163 179 211
571	RESERVAS LEGAIS	1 267 836	526 068	-	1 793 904
574	RESERVAS ESPECIAIS / LIVRES	581 614	-	-	581 614
59	RESULTADOS TRANSITADOS	-46 814 576	4 734 611	3 976 215	-46 056 180
88	RESULTADO LÍQUIDO	5 260 679	3 689 712	5 260 679	3 689 712

UNID: EUROS

Dos movimentos ocorridos, dir-se-á que:

- ◆ O aumento em 526 068 euros da Reserva Legal (Conta 571) resultou da aplicação dos Resultados Líquidos de 2002, por decisão da Assembleia Geral de Accionistas em 09.05.2003, que deliberou ainda a transferência para Resultados Transitados do montante de 4 734 611 euros, verba remanescente do Resultado Líquido de 2002.
- ◆ O aumento da conta Resultado Líquido traduz o Resultado apurado no exercício agora findo, líquido de impostos.
- ◆ A redução ocorrida nos Resultados Transitados é consequência do registo das responsabilidades do Ex-INPP, tal como consta da nota 34, deduzido dos activos por impostos diferidos (nota 6.1).

**41. Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas.**

MOVIMENTOS	MATÉRIAS PRIMAS SUBSIDIÁRIAS E DE CONSUMO
EXISTÊNCIA INICIAL	310 344
COMPRAS	287 459
REGULARIZAÇÕES DE EXISTÊNCIAS	-3 315
EXISTÊNCIA FINAL	280 705
<b>CUSTOS NO EXERCÍCIO</b>	<b>313 783</b>

UNID: EUROS

**42. Demonstração da variação da produção**

Não aplicável.

**43. Remuneração dos órgãos sociais :**

	2003
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	247 856
ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO	16 810

UNID: EUROS

**44. Repartição do valor líquido da prestação de serviços p/actividades**

A repartição do valor líquido das prestações de serviço na totalidade para o mercado interno, apresenta-se como segue:

	2003
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AO NAVIO	8 866 423
TUP CARGA	2 980 641
CONCESSÃO DO TERMINAL PETROLEIRO	6 727 459
CONCESSÃO DO TERMINAL DE CONTENTORES	9 396 645
CONCESSÃO DO TERMINAL CARGA GERAL E GRANÉIS	3 343 093
OUTRAS CONCESSÕES	1 512 059
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS DIVERSOS	1 103 690
<b>TOTAL</b>	<b>33 930 010</b>

UNID: EUROS

**45. Demonstração dos resultados financeiros.**

CUSTOS E PERDAS		EXERCÍCIOS		PROVEITOS E GANHOS		EXERCÍCIOS	
CONTA	DESCRIÇÃO	2003	2002	CONTA	DESCRIÇÃO	2003	2002
681	JUROS SUPORTADOS	10 387	31 204	781	JUROS OBTIDOS	841 597	858 626
683	AMORT. INVEST. EM IMÓVEIS	47 277	47 277	783	REND. IMÓVEIS	1 816	1 680
685	DIF. CÂMBIO DESFAVORÁVEIS	1 281	672	785	DIF. CÂMBIO FAVORÁVEIS	153	7
688	OUT. CUSTOS E PERDAS FIN.	126 768	117 292	786	DESC.P.TO PAG. OBTIDO	1 763	8
				788	OUT. PROV.E GANHOS FIN.	20 262	14 955
	<b>RESULTADOS FINANCEIROS</b>	<b>679 878</b>	<b>678 830</b>				
		<b>865 591</b>	<b>875 276</b>			<b>865 591</b>	<b>875 276</b>

UNID: EUROS

**46. Demonstração dos resultados extraordinários:**

CUSTOS E PERDAS		EXERCÍCIOS		PROVEITOS E GANHOS		EXERCÍCIOS	
CONTA	DESCRIÇÃO	2003	2002	CONTA	DESCRIÇÃO	2003	2002
691	DONATIVOS	167 445	59 679	793	GANHOS EM EXISTÊNCIAS		527 550
692	DÍVIDAS INCOBRÁVEIS	2 011	16 652				
693	PERDAS EM EXISTÊNCIAS	3 315	807	794	GANHOS EM IMOBILIZAÇÕES	42 000	14 979
694	PERDAS EM IMOBILIZAÇÕES	7 932	52 228	795	BENEF. DE PENALID. CONTRATUAIS	14 800	2 590
695	MULTAS E PENALIDADES	599					
				796	REDUÇÕES DE AMORT. E PROVISÕES	3 530 744	4 118 283
697	CORRECÇÕES RELATIVAS A			797	CORRECÇÕES RELATIVAS A		
	EXERCÍCIOS ANTERIORES	129 134	150 172		EXERCÍCIOS ANTERIORES	12 338	83 598
698	OUT. CUSTOS E PERDAS EXTR.	3 986 830	4 207 261	798	OUT. PROV. E GANHOS EXTR.	2 061 440	2 016 847
	RESULTADO EXTRAORDINÁRIO	1 364 056	2 277 048				
		<b>5 661 322</b>	<b>6 763 847</b>			<b>5 661 322</b>	<b>6 763 847</b>

UNID: EUROS

De referir que:

Na conta 698 - Outros Custos e Perdas Extraordinárias encontram-se registados 3 530 741 euros de Pensões de Aposentação pagas no exercício ao abrigo do D.L. nº. 467/99, de 6 de Novembro. O mesmo valor foi objecto de utilização da Provisão para Riscos e Encargos mencionada na nota 34, por contrapartida da conta 796 - Redução de Amortizações e Provisões.

Na conta 798 estão incluídos 1 962 110 euros referentes a Subsídios ao Investimento (quota parte imputável ao exercício).

**47. Informações exigidas por diplomas legais:**

Não existem informações exigidas por diplomas legais, que devam ser mencionadas.

**48. Outras informações consideradas relevantes:**

São as seguintes as informações consideradas como relevantes para além das já mencionadas nas notas anteriores:

#### 48.1. Garantias Prestadas por Terceiros

##### FORNECEDORES

	2003
DEPÓSITOS DE GARANTIA	55 532
APÓLICES DE SEGURO-CAUÇÃO	51 826
GARANTIAS BANCÁRIAS	2 369 334
<b>TOTAL</b>	<b>2 476 692</b>

UNID: EUROS

As cauções prestadas por fornecedores são exigidas como garantia da boa execução das empreitadas de obras públicas contratadas, mantendo-se em vigor até recepção definitiva das obras.

##### CLIENTES E OUTROS DEVEDORES

	2003
<b>GARANTIAS BANCÁRIAS</b>	
SHIPCHANDLER'S	8 978
AGENTES DE NAVEGAÇÃO	74 880
ACTIVIDADE SUPER.E PERITAGENS	4 988
LICENCIAMENTO USO PRIVATIVO	4 636 655
<b>APÓLICES DE SEGURO-CAUÇÃO</b>	
AGENTES DE NAVEGAÇÃO	124 699
SHIPCHANDLER'S	5 487
<b>GARANTIAS EM NUMERÁRIO</b>	
ACTIVIDADE SUPER.E PERITAGENS	3 741
SHIPCHANDLER'S	6 011
LICENCIAMENTO USO PRIVATIVO	389
<b>TOTAL</b>	<b>4 865 828</b>

UNID: EUROS

As cauções prestadas por clientes e outros devedores garantem o cumprimento das suas obrigações perante a Autoridade Portuária, que lhes emitiu as respectivas licenças para exercício da sua actividade nos Portos do Douro e Leixões.



#### 48.2. Processos judiciais em curso

O montante dos processos judiciais em curso, em que a APDL, S.A. é arguida, eleva-se a 669 058 euros, estando provisionados em 50% .

Foi ainda mantida uma provisão específica de 15 757 euros para processo judicial transitado em julgado em Outubro 1999 em que a APDL, S.A. saiu condenada.

Existem ainda acções pendentes em tribunal contra terceiros por indemnizações reclamadas, que atingem os 201 446 euros.

#### 48.3. Subsídios ao investimento

No mapa seguinte discrimina-se o movimento dos diversos subsídios recebidos.

O registo contabilístico dos subsídios ao investimento na conta 274 - "Proveitos Diferidos" é despoletado com a formalização dos pedidos de pagamento à Entidade gestora de cada Programa Comunitário ou Nacional, revelando o saldo final o "stock" dos valores a imputar em anos futuros a resultados.

**MOVIMENTO SUBSÍDIOS INVESTIMENTO**

<b>COD. POC</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>SALDO INICIAL 2003/01/01</b>	<b>RECEBIM. EXERCÍCIO</b>	<b>A RECEBER EM 2004</b>	<b>REGULARIZ.</b>	<b>AFECT.BENS IMOB. EXERC.</b>	<b>AMORTIZ. DE BENS ABATIDOS</b>	<b>AMORTIZ. ANUAL</b>	<b>SALDO FINAL 2003/12/31</b>
274502	FEDER - ENVIREG	99 469						18 051	81 418
274504	B2-700 - ESTUDOS	46 870						2 496	44 374
274505	PO TELEMATIQUE	90 301						20 741	69 560
274506	PIDDAC - CAP.50º OGE	686 482						33 857	652 625
274507	FUNDO COESÃO - 1ª FASE - 018	3 467 994						204 282	3 263 712
274508	FUNDO DE COESÃO - 1ª FASE - 015 A 017	69 338							69 338
274509	REFORMULAÇÃO DOS ACESSOS AO TPL	61 338						3 505	57 833
274511	FEDER - PORTO DE PESCA DA AFURADA	490 219						23 344	466 875
274512	FUNDO DE COESÃO - 2ª FASE	2 080 576						202 740	1 877 836
274515	REAB.REORD.MARG.DOURO - OGE	1 474 878						88 313	1 386 565
274517	TRACCAR II	19 640							19 640
274518	LINHA B5-700 - PLATAFORMA MULTIMODAL	188 915							188 915
274519	PROGRAMA PRAXIS XXI	56 205						19 270	36 935
274516	FC004 - ACESSIBILID. TERRESTRES - INVEST. EM CURSO	183 851			13 714	-13 714	51 323		132 528
274520	FC004 - ACESSIBILID. TERRESTRES - BENS IMOBILIZ.	17 529 940				13 714		1 257 382	16 286 272
274521	PIDDAC - CAP.50º - III QCA - INVEST. EM CURSO	601 526	719 895						1 321 421
274523	PIDDAC - CAP.50º - III QCA	295 423						6 102	289 321
274522	FEDER/POAT - III QCA - INVESTIMENTOS EM CURSO	2 778 943	2 342 691	212 006		-945 500			4 388 140
274525	FEDER/POAT - III QCA					945 500		30 703	914 797
274524	PROJ.INVESTIGAÇÃO OCEANOGRÁFICA - PISCIS		14 675						14 675
	<b>TOTAL</b>	<b>30 221 908</b>	<b>3 077 261</b>	<b>212 006</b>	<b>13 714</b>	<b>0</b>	<b>51 323</b>	<b>1 910 786</b>	<b>31 562 780</b>

UNID: EUROS

#### 48.4. Inscrição registral de propriedade

A empresa deu continuidade ao processo de inscrição dos seus bens imóveis na Conservatória do Registo Predial, processo esse ainda não ultimado por dificuldades burocráticas diversas.

#### 48.5. Regime privativo de assistência médica e medicamentosa - plano de benefícios definidos

As responsabilidades futuras decorrentes do Plano Médico da APDL, S.A. encontram-se registadas em Balanço, tendo as mesmas sido objecto de um estudo actuarial à data de 31.12.2003.

Os movimentos e responsabilidades apuradas apresentam-se como segue:

	DESCRIÇÃO	ACTIVOS	APOSENTADOS	TOTAL
1-	VALOR PRESENTE DA OBRIGAÇÃO DE BENEFÍCIOS DEFINIDOS NO INICIO DO EXERCÍCIO	2 650 027	37 403 855	40 053 882
	- BENEFÍCIOS PAGOS EM EXERCÍCIO		2 244 223	2 244 223
	+ CUSTOS DOS SERVIÇOS CORRENTES	159 651		159 651
	+ CUSTOS DOS JUROS	132 501	1 811 346	1 943 847
	+ GANHOS E PERDAS ACTUARIAIS	-1 200 761	1 807 190	606 429
2 -	VALOR PRESENTE DA OBRIGAÇÃO DE BENEFÍCIOS DEFINIDOS NO FIM DO EXERCÍCIO	1 741 418	38 778 168	40 519 586

O acréscimo de responsabilidades registado em 2003, calculado de acordo com a directriz contabilística nº.19, ascende a 2 709 927 euros, e foi contabilizado em Custos com o Pessoal por contrapartida de Provisões para Riscos e Encargos.

Por sua vez, os custos suportados em 2003 com os Aposentados atingiram os 2 244 223 euros, montante coberto pela utilização da Provisão.

## 10. Parecer do Fiscal Único

### Relatório e Parecer do Fiscal Único

Senhores Accionistas,

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias, o Fiscal Único vem apresentar a V. Exas., o seu Relatório e Parecer sobre o Relatório de Gestão subscrito pelo Conselho de Administração e os documentos de prestação de contas, que compreendem o Balanço, a Demonstração dos Resultados por naturezas e por funções e os restantes desenvolvimentos, referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2003 e relativas à **APDL – Administração dos Portos do Douro e Leixões, S.A.**

Procedemos ao acompanhamento da actividade de gestão da sociedade, com a regularidade necessária e obtivemos as informações mínimas indispensáveis ao desempenho das nossas funções.

O relatório apresentado pelo Conselho de Administração exprime os principais aspectos da actividade desenvolvida pela organização e complementa as informações passíveis de serem extraídas dos documentos de prestação de contas, além de apontar algumas perspectivas da evolução previsível da Sociedade.

Os critérios de valorimetria foram utilizados de modo consistente com exercícios anteriores.

Tendo em conta as considerações expostas somos de parecer que:

- a) Sejam aprovados o Relatório de Gestão e os documentos de prestação de contas, apresentados pelo Conselho de Administração;
- b) Seja aprovada a proposta de aplicação dos resultados apresentada pelo Conselho de Administração.



Por último, pretendemos expressar ao Conselho de Administração e aos Serviços da empresa o nosso reconhecimento pela disponibilidade, colaboração e competência sempre manifestadas.

Lisboa, 9 de Março de 2004

O Fiscal Único

Dr. António Alexandre Pereira Borges, Revisor Oficial de Contas nº 559

Em representação da António Borges, João Macedo & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas nº 69

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

### Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras de **APDL – Administração dos Portos do Douro e Leixões, S.A.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2003, (que evidencia um total de 261.276.192 euros e um total de capital próprio de 171 188.261 euros, incluindo um resultado líquido de 3.689.712 euros), as Demonstrações dos resultados por naturezas e por funções e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

### Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

### Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
  - A verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;

- A apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
  - A verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
  - A apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

### **Opinião**

6. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira de APDL – Administração dos Portos do Douro e Leixões, S.A. em 31 de Dezembro de 2003, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites.

Lisboa, 8 de Março de 2004

Dr. António Alexandre Pereira Borges, Revisor Oficial de Contas nº.559

Em representação da António Borges, João Macedo & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas